

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Editorial

O estado da Nação

A cerca de uma ano de eleições legislativas (e não só), é hoje perceptível que este governo falhou. Falhou . desde logo, na almejada mas nunca alcançada convergência do crescimento económico real com a média europeia., da qual divergimos há oito anos. Mas falhou também na implementação das reformas estruturais na saúde, na educação, na administração pública consideradas vitais para um ciclo económico virtuoso.

È certo que no domínio da consolidação orçamental houve significativos progressos no equilíbrio das contas públicas. Muito à custa da subida dos impostos e de uma maior eficiência da máquina fiscal, é um facto. Mas não deixa de ser um dado positivo. O mesmo se podendo dizer da reforma da segurança social. Timorata e insuficiente, convenhamos, mas no bom caminho.

Quanto ao mais e para lá da espuma nevoenta da propaganda, do auto elogio e da narcisismo de ocasião, o que sobra é uma mão cheia de nada. O redimensionamento do Estado e a redução do seu peso na economia está por fazer, a qualificação das pessoas para enfrentar os novos desafios continua a ser uma miragem, o desperdício na saúde uma constante. E a justiça porventura onde se faz mais sentir o atavismo da políticas públicas, afunda-se num marasmo indizível.

È a autoridade do Estado que se afunda. È a esperança que vai morrendo aos poucos. È o país que perde o norte. Mas o governo socialista não desarma na criação da ilusão. Os males do mundo não promanam dele mas da maldita conjuntura. E vai daí anuncia, com pompa e circunstância, um plano de investimentos públicos sem eira nem beira. Que ninguém sabe quanto irá custar. E quem irá pagar.

È claro que vêm aí as eleições. E com elas pão e circo no horizonte.

Eis o estado da Nação!.

O Governo tem a obrigação de prestar esclarecimentos sobre a sua acção e eu vou exigir-lhe que cumpra esse dever!



Destaques

- Entrevista da Presidente à TVI causa “abalos” no PS

Pag. 2 e seguintes

- Primeira declaração política do novo líder da Bancada Parlamentar do PSD

Em “Actividades do PSD”

- PSD continuará a usar todos os instrumentos de que dispõe para conhecer os custos para o Estado das obras públicas projectadas pelo Governo

Em “Actividades do PSD”

O Governo tem a obrigação de prestar esclarecimentos sobre a sua acção e eu vou exigir-lhe que cumpra esse dever!

Na sua primeira grande entrevista televisiva, a presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, considerou, no dia 1 de Julho que “não há dinheiro para nada” porque Portugal está extremamente endividado; e exigiu que o Governo informe como e quando vão ser pagas as obras públicas projectadas, “condição sine qua non” é impossível formar juízos de valor e apontar concordâncias ou discordâncias.

Entrevistada na noite do dia 1, na TVI, pela jornalista Constança Cunha e Sá, Manuela Ferreira Leite disse não contestar “em particular” nenhum investimento do Governo e alegou que não poderá ter opinião enquanto não conhecer os estudos de viabilidade financeira, os custos e os prazos de pagamento de cada obra.

“Aquilo que me está a preocupar é que vejo um volume astronómico de investimento público para o qual todos sabemos que não há dinheiro. O País não tem dinheiro para isto”, considerou a ex-ministra das Finanças.

A entrevista começou com a jornalista a interrogar Manuela Ferreira Leite a propósito de eventuais “críticas” pela manutenção de um silêncio sobre propostas alternativas à do Governo.

A Presidente do PSD afirmou não ser o caso, mas sim uma forma de oposição algo diferente do habitual: não estar a cada momento a aparecer em declarações, entrevistas, conferências de Imprensa, mas sim a pronunciar-se fortemente sobre assuntos realmente importantes para Portugal.

Sobre esta sua forma de fazer oposição, Manuela Ferreira Leite avisou “Se as pessoas estão à espera que eu todos os dias surja a dizer coisas vão

ter que se habituar que não vai ser assim”.

Frisando que não está no Executivo, a presidente do PSD argumentou que a sua responsabilidade “é obrigar o Governo a esclarecer as medidas que toma” e que a Oposição fiscaliza e contesta, quando necessário.

“Não é apresentar alternativas?” - perguntou Constança Cunha e Sá.

“Quando me apresentar ao eleitorado, em eleições, tenho obrigação de apresentar as minhas propostas”, respondeu Ferreira Leite, mas não me cansarei de o dizer: Eu – o PSD, a Oposição – não temos dever de apresentar explicações ao Governo; é o Governo que tem, que está obrigado, a prestar explicações à Oposição e, por maioria de razões, ao País.

Voltando à sua afirmação no XXXI Congresso que os investimentos públicos anunciados deveriam ou poderiam ser parcialmente canalizados para ajudar a minorar situações sociais de carácter extremamente preocupante, lembrou que tinha em mente situações gerais e não casos particulares; e sobre o seu julgamento do País dispor de dinheiro para tudo, pouco ou nada, afirmou de imediato que Portugal “não tem dinheiro para nada”, porque “está de tal forma endividado que não acredita que “esteja ali um bocadinho de dinheiro reservado para isso”. Mas o mais grave é que nenhuma das grandiosas Obras anunciadas serão pagas directamente, pois o Governo já anunciou um período de carência de 5 anos, ou seja, quaisquer obras deste “pacote” só começarão a ser pagas em 2014!



O Governo anunciou um volume astronómico de investimento anunciado, para o qual se sabe que não há dinheiro

“Logo”, disse, o que “realmente questiono é como, num volume de tal forma astronómico de investimento anunciado, para o qual se sabe que não há dinheiro, pede-se – aliás EXIGE-SE ao Governo que explicitamente em cada um dos investimentos, como é que o vai pagar, quais os contratos que vai assinar, quais as condições, quando é que surgem os encargos, em que ano vão surgir e quais os montantes... Isto é elementar e é isto que o Governo tem obrigação de responder /.../ o que até aqui não tem feito. Há informações sobre montantes globais (vagas) mas não há informação sobre o que daqui a 20, a 30 anos, os Governos devem pagar /.../ e não se espera que sejam os mesmos de agora, daqui a 30 anos... os que vierem a seguir têm todo o direito de saber o que os espera e de não ficarem ligados a factos consumados e não terem a mínima margem de manobra...”

“Não há o direito, não há legitimidade democrática para um Governo tomar decisões cujas consequências caem em cima de outros sem previamente ter dado essa explicação e essas informações”, sustentou.

E mais adiante, reiterou: “Eu tenho o direito de exigir ao Governo essa informação e não vou largar esse ponto”

Quando se falou no argumento repisado pelo Governo de “regresso ao passado” (do tipo, “mas no seu Governo fez...etc”) recordou que as circunstâncias, a conjuntura sofrem

mudanças violentas e que a resposta de há 4 ou 5 anos, pode não ser a mesma de hoje e geralmente não é.

Por exemplo, afirmou ter dúvidas que, “na situação actual”, a rede de alta-velocidade ferroviária em Portugal “seja um projecto tão decisivo em termos de crescimento como era” em 2004, altura em que desempenhava as funções de ministra das Finanças.

“Não é curial colocar em causa obras em curso; no caso de certos acordos de princípio com Espanha, havia análises, estudos, informação completa. Conhece algum estudo sério que esteja na base destes investimentos? Eu não conheço.”

Na realidade, há um acervo de generalidades, de esperanças, de convicções, de “certezas” de resultados futuros: mas não há estudos verdadeiros, solidamente alicerçados na realidade e nos princípios e desenvolvimento detalhado do custo benefício. Não há uma base de confiança, um argumento realmente sólido. Quando o Ministro da Economia afirma que vai haver um aumento brutal do PIB, um aumento da receita fiscal, um aumento de postos de trabalho, etc. etc., Ferreira Leite lembra que não por um Ministro (no caso, Mário Lino) o dizer que vai acontecer e que frases destas qualquer as pode dizer. O que é preciso é ele pegar nos Estudos e demonstrar como é que esses efeitos são conseguidos.

Se existem esses estudos, eles nunca foram comunicados à Oposição, apesar de reiterados pedidos, logo, em domínio público não há estudos, não há cálculos de encargos... “é possível que os haja, mas eu desconheço-os e eu tenho o





direito e o dever de pedir ao Governo essa informação e o Governo tem o dever e a obrigação de os entregar!”

E reiterou que não vai cessar de exigir esses elementos; e na realidade, é depois de os ter obtido, “... é que posso formular uma opinião sobre a sua utilidade, desde a nula até à muito boa”:

Ainda sobre os estudos, disse muito taxativamente que nenhuma oposição tem recursos próprios que lhe permitam apresentar estudos próprios e (ou) alternativos. Por isso, “...em democracia, o Governo toma decisões; a Oposição questiona-as e o Governo tem a obrigação de demonstrar quais os fundamentos teóricos e técnicos que são a fundação dessas decisões... este Governo está muito mal habituado!”

A entrevistadora disse que então “a própria Assembleia da República estaria mal informada” mas a Presidente do PSD esclareceu-a: a Assembleia fiscaliza o Orçamento, o Plano, a Conta geral do Estado. Mas nós, aqui, estamos a falar de empreendimentos que – não sei porquê, pois essa justificação não está dada – têm 5 anos de carência, só começam a ser pagos em 2014 e só nesse ano irão ser discutidos na Assembleia!

“Nós não podemos admitir que isso seja assim; antes da decisão ser tomada, termos de saber, até 2015, 2020, 2030... (porque os pagamentos estendem-se por 30 anos) quanto vamos pagar, quais os encargos assumidos... E isso porque podem ser, digamos em 2020, verdadeiramente insuportáveis. Dou um exemplo: as SCUT: quando foram lançadas pelo engº Cravinho, imediatamente lançamos a questão de quanto custariam ou pesariam no Orçamento.

“Na altura não nos foi dado qualquer tipo de esclarecimento adicional e o que acontece é que quando começaram a cair os encargos, são milhões e milhões! O ponto chave é que nenhum governo tem legitimidade democrática para tomar decisões cujas consequências caíam em cima de futuros Governos, sem antes ter dado estas explicações e estes esclarecimentos”.

Quanto vai custar a Portugal, ao Portugal futuro, o período de 5 anos em que este Governo nada paga do que afirma ir fazer?

“E neste caso /.../ há imensos projectos e por como não tenho os estudos, não posso questionar directamente este ou aquele.../.../ e por isso, entre este montante astronómico de projectos que o Governo pretende lançar, o PSD só pretende saber o seguinte: a partir de 2014 – até lá o Estado não vai pagar nada – quais vão ser os encargos desses cinco anos. É normal que um Governo nada pague nos primeiros 5 anos? Qual é o encargo adicional? Como é possível falar de uma baixa de impostos e ao mesmo tempo, arranjar encargos até 2030, que tornam inviável qualquer baixa de Impostos?”

“Neste momento, a única coisa que



estou a pedir, aliás, a exigir, é que o Governo faça aquilo que lhe compete é dar explicações à Oposição... Tem graça que há dias ouvi um Ministro afirmar que eu teria de dar explicações sobre esse tema que estava levantado. Ora, está tudo invertido: a Oposição não dá explicações ao Governo; o Governo dá explicações à Oposição!”

“E o Governo não está habituado a isso; do alto da sua maioria absoluta, está habituado a dizer as coisas e as pessoas ficam caladas ou se reagem vêm com a história do ‘...você também fez, você também aconteceu’. E a pouco e pouco, transformou-se em oposição à Oposição. Ora, essa não é a função do Governo. A função do Governo é Governar; ao tomar as suas medidas tem a obrigação estrita de dar informação. E eu não vou dispensá-lo de o fazer”.

O Governo está – “meteu-se” – numa situação em que não tem dinheiro para nada! O nível de endividamento é tão elevado que não dá qualquer margem para uma baixa de impostos. E no entanto, considero que se deve manter o equilíbrio orçamental. Mas pelo lado da redução da despesa! E foi isso que consideramos no Governo de Cavaco Silva e não é isso que se faz agora!

A Presidente do PSD, no mesmo

tom, esclareceu suficientemente e de forma – pode dizer-se – incontestável, que, se neste momento, existissem investimentos que o Estado tivesse de pagar será de ponderar – repito, “de ponderar” – se seria de gastar esse dinheiro em pontes, ou comboios, ou se seria melhor ir apoiar as pessoas.

“Infelizmente, está-se a fazer tudo... sem dinheiro! Não se pode desviar – do que não há! Mas tem de haver!... Agora o que eu não defendo são os “subsídios”, pois isso seria criar dependências; isso é muito a solução do PS e foi isso que o Partido Socialista fez, e após a nossa afirmação em Congresso, passados 15 dias, estava a anunciar medidas sociais...”

Mas, se não defendo subsídios, lembro que há instituições na nossa sociedade que estão claramente vocacionadas para apoiar determinado tipo de situações de carência social. São Organizações Não-Governamentais; e o Estado vai ter de lhes dar melhores condições para desempenharem o papel para que estão vocacionadas.

Mesmo ante o surgimento dos novos pobres, são as organizações que estão no terreno e conhecem as condições reais que afectam as pessoas, que devem protagonizar as acções de apoio social ante essas pessoas.

Quando foi abordada a questão da política de Saúde, a presidente do PSD reiterou que defende taxas diferenciadas na saúde, mas que não poderia, neste momento, descer ao pormenor da indicação de valores.

Interrogada sobre o impacto dessa medida na classe média, Manuela Ferreira Leite argumentou que “a classe média ainda é um intervalo razoável” dentro do qual há média baixa, média e média alta, logo, há quem possa pagar e quem não possa.

“O Serviço Nacional de Saúde (SNS) é um serviço a que todos devem ter acesso mas, por uma questão de qualidade desse serviço, quem pode deve pagar mais do que quem não pode, mas todos devem receber a mesma qualidade de serviço – e essa qualidade deve ser alta!” defendeu.

Em relação à política de saúde do Governo, Manuela Ferreira Leite reconheceu que elogiou o ex-ministro Correia de Campos em alguns dos seus objectivos, nunca “nos seus processos”, considerando “inaceitável que se feche um serviço não havendo alternativa”.

A entrevista, quase a terminar, abordou algumas considerações sobre a constituição da família e a Presidente do PSD afirmou a sua convicção de que a família tradicional, o casamento ou a união de pessoas de sexos diferentes era, no seu entender, socialmente mais importante que as uniões homossexuais. Admitia-as, respeitava quem quisesse seguir essa via, mas – para ela – casamento não era isso. Uma coisa e casamento e outra coisa é outra coisa qualquer!

Bloco Central, NÃO!, vitória clara nas eleições legislativas, SIM!

A terminar, a Presidente do PSD abordou, ante as questões da entrevistadora, a questão eleitoral que se aproxima e afirmou que ambiciona uma maioria absoluta para o seu partido nas legislativas de 2009, pondo de parte qualquer ideia de reedição do Bloco Central, considerando-a prejudicial à saúde da democracia.

A jornalista Constança Cunha e Sá perguntou-lhe, já no final da entrevista “o que pretende eleitoralmente: uma maioria relativa, retirar maioria ao engenheiro Sócrates ou uma maioria absoluta para o PSD?”

“Quando me faz uma pergunta do pouco, do assim-assim ou do muito, eu digo-lhe que tenho a ambição suficiente para o muito e não para o assim-assim e muito menos para o pouco”, respondeu Manuela Ferreira Leite.

Depois de ter confirmado que as suas declarações no Congresso do PSD afastaram a possibilidade de reedição do Bloco Central, Manuela Ferreira Leite criticou expressamente essa ideia.

“Para a vida saudável de uma democracia não se pode esperar que seja aceitável que um projecto do País seja os dois partidos da alternância estarem juntos, isso é absolutamente contra a vida saudável de uma democracia”, considerou Manuela Ferreira Leite. – **Fontes: Áudio-Visuais PSD, DN, Lusa; imagens, Áudio-Visuais PSD**



Primeira declaração política do novo líder da nossa Bancada

Senhor Presidente da Assembleia da República, Senhoras e Senhores Deputados:

1. Faço, aqui e agora, a minha primeira declaração política como Presidente do Grupo Parlamentar do PSD e faço-a, naturalmente, só e já depois da primeira reunião do Grupo Parlamentar após a eleição da nova direcção.

Eis o que impõe, perante a Assembleia da República e os portugueses que ela representa e nela representados, uma tomada de posição quanto à nossa atitude política e programática.

2. Antes do mais, uma palavra de agradecimento para as duas direcções parlamentares do PSD desta legislatura, respectivamente encabeçadas pelos Drs. Luís Marques Guedes e Pedro Santana Lopes. Desenvolveram com afinco e brilho o seu trabalho em condições singularmente difíceis. Faço, pois, a título excepcional, uma confissão de vezo pessoal: foi com essas direcções e com esses presidentes que aprendi a ser Deputado e que adquiri o brio e o orgulho em representar os portugueses. Presto, portanto, a essas Direcções e aos seus Presidentes as nossas e as minhas homenagens.

3. O PSD — na esteira da sua tradição nunca quebrada — actuará, relativamente a todas as bancadas, com uma atitude de lealdade, de cooperação e de responsabilidade. Trabalharemos sempre com o sentido de serviço próprio do mandato popular. Recusaremos liminarmente o “facciosismo” ou espírito de facção — essa doença viral que tantas vezes mina



e perturba a actividade parlamentar.

Diremos mesmo à bancada que apoia o Governo e, bem assim, ao Governo, que podem contar com uma oposição aguerrida e motivada, mas construtiva. Mas que não haja ilusões: seremos exigentes, vigilantes, veementes.

Sabemos bem que Portugal se encontra hoje num impasse: a governação de dez longos anos do PS — 1995-2002/2005-2008 — falhou e claudicou. É agora evidente para todos o que de há muito era já manifesto para nós: o PSD é chamado a assumir a sua responsabilidade histórica.

4. Responsabilidade histórica que assume com o sentido de dignidade

que sempre o marcou e com o sentido de defesa irredutível das liberdades públicas e, em particular, da centralidade e prestígio do Parlamento como coração da democracia.

Não aceitaremos, por isso, que o Governo se dirija ao Parlamento como uma espécie de palco ou “plateau” para fazer oposição à oposição. Um Governo que centra o seu discurso na oposição à oposição é um Governo em desnorte e desespero, que já não governa, que renunciou à tarefa de governar.

Por muito que isso custe aos titulares do poder executivo, no nosso sistema constitucional, é o Governo que depende da Assembleia da República e não o contrário. É o Executivo que tem de dar explicações, que tem de responder a perguntas, que tem de se submeter ao escrutínio dos Deputados legitimamente eleitos — precisamente eleitos — para o fiscalizarem.

Rejeitaremos também e sempre o argumento esta fado e pirotécnico de uma subitamente adquirida “autoridade moral”. No Parlamento, Senhores Deputados, não se trata da autoridade moral, nem de moralismo ou moralismos, seja o serôdio, seja o calvinista. No Parlamento, trata-se de autoridade política. E os Deputados do PSD, todos e cada um, sem excepção, gozam da plena autoridade política que lhe confere o voto dos cidadãos.

Não quis o povo que fossem eleitos, entre 2005 e 2009, para governar; mas quis que fiscalizassem a actividade governativa e que apresentassem as suas propostas alternativas. É o que temos feito e é vamos fazer, com humildade, mas sem tibiezas nem complexos.

5. Não deixaremos passar

incólume — porque é essa a obrigação que temos para com o povo português — a grande contradição deste Governo.

Uma política que faz “juras de amor” ao rigor nas contas públicas, mas não hesita em propor um programa ciclópico e impagável de obras públicas.

Programa esse que, sem mais explicações e tal como se conhece, comprometerá as finanças públicas por décadas e décadas e agravará dramaticamente a que actual situação de endividamento do Estado, das empresas, das famílias.

Mas que rigor é este — que rigor de pacotilha e algibeira —,

que hoje proclama as virtudes do saneamento das finanças públicas e não se importa com a saúde e com a transparência das mesmas nos próximos anos e décadas?

Que rigor é este que, em nome de um suposto espírito empreendedor, se dispõe a hipotecar — a hipotecar literalmente — a liberdade de escolha e os meios de vida das gerações futuras?

6. É com este sentido de missão, É com um agudo sentido do dever, que exerceremos o nosso mandato.

Mas à consciência do dever e do privilégio, juntaremos a convicção, o entusiasmo, o ânimo e alma de quem sabe que se abre agora uma janela de expectativa e de esperança nos portugueses.

De expectativa e de esperança numa nova política onde pontifique a relação de verdade com os cidadãos, a promoção da liberdade pessoal e geracional, a criação de condições económicas e sociais de uma vida melhor.

É, por isso, por isso mesmo, termino com uma citação de um





discurso da Presidente do partido no momento em que fez a sua primeira intervenção como líder parlamentar do PSD:

“A minha maior ambição é vir a ser o último líder parlamentar do PSD na oposição”.

Paulo Rangel, líder parlamentar do PSD

Pedida a audição urgente do presidente da «Águas de Portugal»

O PSD pediu a audição parlamentar do presidente da Águas de Portugal (AdP), Pedro Serra, e do Ministro do Ambiente, para “aquilatar da situação” da AdR após a divulgação da auditoria do Tribunal de Contas à empresa.

O grupo parlamentar do PSD pediu, “com carácter de urgência”, a presença na comissão parlamentar de Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território, do presidente da AdP e do Ministro do Ambiente, Nunes Correia, “em ordem a poder aquilatar da actual situação da gestão, bem como das perspectivas futuras” do grupo empresarial”.

Em comunicado divulgado à imprensa, o PSD refere também alguns resultados do relatório do TC, que “denuncia” que o “grupo estatal” terá sido “utilizado como instrumento de política pelos governos em que José Sócrates participou como ministro do Ambiente”.

O TC divulgou, na quinta-feira passada, um relatório de uma auditoria feita à ‘holding’ pública, que incidiu principalmente sobre o período de 2003 a 2006.

No seu relatório, o TC considerou que o Grupo AdP vive em situação económico-financeira “débil”, afirmando mesmo que há empresas em “risco iminente” e que urge uma reestruturação imediata do sector.

Na auditoria que fez ao grupo - que integra 65 empresas - o Tribunal refere



que a AdP Internacional, a AdP Serviços, a AdP Formação e a Reciclamas apresentam “graves problemas estruturais, situações patrimoniais deficitárias e inviabilidade económico-financeira dos seus negócios”

“Urge uma imediata e eficaz reestruturação do sector promovida pelo Governo português e articulada quer com o Grupo Águas de Portugal quer com as Autarquias locais envolvidas”, conclui o Tribunal de Contas, numa recomendação ao Estado, único accionista do grupo.

Entretanto, Pedro Serra já veio negar que o grupo esteja numa situação “económico-financeira débil”, como aponta um relatório do TC, acusando este órgão de não ter tido em conta a “natureza do negócio”.

“Não é verdade que o Grupo esteja em debilidade financeira”, afirmou

hoje à agência Lusa.

Pedro Serra assumiu a presidência do grupo Águas de Portugal (AdP) em Maio de 2005, sucedendo a Poças Martins.

PSD questiona o Ministério das Obras Públicas sobre as novas concessões rodoviárias

O PSD entregou no dia 4 um requerimento no Parlamento que lembra reparos do Banco de Portugal e do Tribunal de Contas às parcerias público-privadas e questiona o Ministério das Obras Públicas sobre as novas concessões rodoviárias.

Os deputados do PSD Jorge Costa e Fernando Santos Pereira, que assinam o requerimento dirigido ao Ministério das Obras Públicas, recordam que “o governador do Banco de Portugal defendeu a imposição de um limite à utilização das parcerias público-privadas” e alertou para o adiamento de “despesa para o futuro”.

Por outro lado, assinalam que “o juiz conselheiro do Tribunal de Contas relator de um relatório de auditoria às parcerias público-privadas”, relativamente a anteriores concessões, caracterizou “o comportamento do Estado como o de um anjinho”.

O mesmo juiz do Tribunal de Contas considerou que “as empresas procuram maximizar os lucros, mas o Estado não procura rentabilizar ao máximo os dinheiros públicos” e que “hoje não há desculpa” para o Estado, sublinha o requerimento do PSD.

Seguindo a recomendação desse juiz para que o Parlamento faça “mais pressão para que os executivos façam melhor”, os deputados do PSD exigem conhecer as “estimativas de custos”, as “estimativas de tráfego” e “o modelo de financiamento adoptado para cada concessão” rodoviária.

“Qual o processo de contabilização dos veículos que circulam nas estradas” em cada caso, “qual o custo global estimado para o conjunto das concessões e por empreendimento” e o respectivo “modelo de financiamento adoptado”, perguntam.

Os deputados do PSD querem ainda saber concretamente “qual o planeamento previsto” para cada obra “desde o anúncio do concurso até ao início da exploração” e “o plano de pagamentos / recebimentos plurianual”.

Verificando-se a cláusula “que exclui os concorrentes que prevejam pagamentos do Estado durante os primeiros cinco anos”, o PSD pede que sejam indicados a “razão técnica subjacente” e “o custo financeiro resultante desta opção”.

O requerimento do PSD refere que “foi divulgado pela comunicação social um custo global estimado de quatro mil milhões de euros para um conjunto de onze novas concessões rodoviárias, designadas como Grande Lisboa, Douro Litoral, Túnel do Marão, Transmontana, Douro Interior, Auto-estrada do Centro, Litoral Oeste, Algarve, Baixo Tejo, Baixo Alentejo e Alto Alentejo”.

“Foi entretanto anunciada uma concessão com a designação de Pinhal Interior. Por outro lado anunciaram-se, além destas, novas concessões rodoviárias”, acrescenta o PSD.

PSD continuará a usar todos os instrumentos de que dispõe para conhecer os custos para o Estado das obras públicas projectadas pelo Governo

O líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, disse no dia 3, que o partido continuará a usar todos os instrumentos de que dispõe para conhecer os custos para o Estado das obras públicas projectadas pelo Governo.

No final da primeira reunião da bancada social-democrata desde que é líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel disse aos jornalistas que os deputados estiveram a conversar “sobre o tema da ordem do dia, as obras públicas”.

“Já fizemos cinco inquirições em comissão ao ministro das Obras Públicas e a verdade é que continua sem haver uma resposta directa e concisa sobre os milhões que serão gastos com o conjunto das obras públicas, a forma como serão pagas e que encargos terão para o Estado, a prazo”, referiu.

Paulo Rangel sublinhou que também nunca viu esses dados na comunicação social.

“O PSD - o partido e o grupo parlamentar - continuará a usar todos os instrumentos que têm para tratar desta matéria”, acrescentou.

Interrogado se vai retomar as relações com o grupo parlamentar do PS sobre matérias como as leis



eleitorais, Paulo Rangel respondeu: “Nunca foram interrompidas as relações com o PS. O PSD sempre teve e sempre terá as melhores relações com todos os grupos parlamentares”.

O novo líder parlamentar do PSD acentuou que essas relações decorrem “institucionalmente e não na comunicação social”.

“Eu sou um institucionalista e vou continuar a ser até ao fim”, declarou.

De acordo com Paulo Rangel, na reunião de hoje da bancada social-democrata foi feito “um esclarecimento sobre os diferentes pelouros” no grupo parlamentar.

“Foi só pôr os carris a andar, depois do processo longo das eleições directas, do Congresso e das eleições no grupo parlamentar, que criam a necessidade de alguns ajustes”, afirmou.

As únicas mudanças a registar são as dos coordenadores para as áreas da defesa e do orçamento e finanças, adiantou.

«Falta de humildade e bom senso» do Primeiro-Ministro

O PSD acusou no dia 2, o primeiro-ministro de “falta de humildade e bom senso”, ao não esclarecer os custos da “panóplia” de investimentos públicos, considerando que “a muito custo” José Sócrates “reconheceu a gravidade da crise” do País.

Os sociais-democratas reagem, assim, à entrevista do chefe do Governo (PS) na RTP1.

Em declarações à Agência Lusa, o vice-presidente do PSD, Aguiar Branco, sustentou que José Sócrates “revelou falta de humildade e bom senso”, já que, “mais uma vez, se

perdeu a oportunidade de o Governo esclarecer o montante da panóplia dos investimentos públicos, a dimensão de encargos para o erário público”.

Segundo Aguiar Branco, o primeiro-ministro, “muito a custo, reconheceu a gravidade da crise” do País, tendo manifestado “pouco rigor” quando “não sabe o impacto financeiro das medidas que anunciou”.

José Sócrates anunciou, entre várias medidas, que está a ser estudada a criação de uma taxa a aplicar sobre as mais-valias das empresas petrolíferas, com o objectivo de obter receitas para ajudar as famílias mais carenciadas.

O primeiro-ministro anunciou ainda que vai propor um aumento das deduções fiscais no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) no crédito à habitação para as famílias mais carenciadas e medidas para travar o aumento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).

Na entrevista, o chefe do Executivo advogou que a economia portuguesa vai passar por um “abrandamento”, este ano e em 2009, em consequência da conjuntura internacional, mas recusou a perspectiva de uma crise que significasse uma “ruptura iminente”.

Como respostas para a que apelidou de “segunda crise”, José Sócrates procurou assegurar que “o ritmo reformista do seu Governo vai continuar”, que o equilíbrio das contas públicas não será colocado em causa mas que o Executivo “ajudará quem mais precisa” no actual quadro de dificuldades.

PSD defende que a nomeação do Provedor de Justiça não



pode ser partidarizada

O secretário-geral do PSD, Luís Marques Guedes, considerou que seria “de muito mau tom” que a maioria PS quisesse ocupar o lugar do Provedor de Justiça, defendendo que “estas coisas não devem ser partidarizadas”.

Questionado pela agência Lusa, no Parlamento, sobre a designação do Provedor de Justiça, Marques Guedes disse ainda que desconhece que haja “regras definidas” entre o PS e o PSD para a escolha do titular desse cargo, além da obrigação constitucional de ser eleito por dois terços.

“Com a ocupação de lugares feita pela maioria socialista, seria de muito mau tom que quisessem que também o Provedor de Justiça passasse para a alçada do PS”, observou o secretário-geral do PSD.

“Estas coisas não devem ser partidarizadas. Eu defendo que não devem ser partidarizadas”, salientou.

Interrogado se existe algum acordo entre o PS e o PSD que dê primazia a um dos partidos para designar o Provedor de Justiça, Marques Guedes disse: “Que eu saiba, que eu tenha conhecimento, não há nada fechado sobre isso, não há regras definidas”.

Apenas está definido que haja “as normais conversações entre os dois partidos” e que seja cumprida a obrigação constitucional de o Provedor de Justiça ser eleito com os votos de dois terços dos deputados, acrescentou Marques Guedes.

A eleição do Provedor de Justiça -

cargo ocupado desde 2000 por Nascimento Rodrigues, que foi reeleito em 2004 - pelo Parlamento está agendada para 18 de Julho.

A Constituição estabelece, no artigo 23.º, que “o Provedor de Justiça é um órgão independente”, a quem “os cidadãos podem apresentar queixas por acções ou omissões dos poderes públicos” e com o qual os órgãos e agentes da Administração Pública estão obrigados a cooperar.

De acordo com a Constituição, compete ao Parlamento eleger por maioria de dois terços dos deputados, além do Provedor de Justiça, o Presidente do Conselho Económico e Social, dez juízes do Tribunal Constitucional, sete vogais do Conselho Superior da Magistratura, os membros da entidade reguladora da comunicação social.

Descida de 1 (um) ponto no IVA é uma medida eleitoralista que não vai reflectir-se no consumidor

O deputado do PSD José Manuel Ribeiro criticou a descida do IVA, afirmando que é uma medida eleitoralista do Governo que não se fará sentir nos preços de venda ao consumidor, nem nos preços dos combustíveis.

A descida da taxa normal do IVA de 21 para 20 por cento entrou já em vigor.

“O PSD reafirma aquilo que já foi dito pela senhora presidente do partido





[Manuela Ferreira Leite]: Julgamos que esta medida não se vai fazer sentir no bolso dos portugueses, afirmamos que ela tem obviamente uma estratégia eleitoralista”, declarou José Manuel Ribeiro aos jornalistas, no Parlamento.

Questionado se a descida do IVA não produzirá efeitos nos preços dos combustíveis, o deputado do PSD considerou que “nas próximas semanas vai ser completamente engolido esse efeito” e que “os portugueses também nessa matéria não vão sentir efeito nenhum”.

“Não deixa de ser caricato que precisamente no dia em que entra em vigor esta baixa de um ponto percentual da taxa normal do IVA estamos a ouvir falar num aumento de preços dos bilhetes do Metro e da Carris”, observou José Manuel Ribeiro.

O deputado do PSD fez questão de sublinhar que a descida do IVA “não abrange os bens essenciais” porque “a taxa reduzida mantém-se”.

José Manuel Ribeiro admitiu que “as empresas, porventura”, serão beneficiadas com a descida da taxa normal do IVA.

“As empresas podem ganhar muito pouco, mas os consumidores, os portugueses pagam exactamente a mesma coisa”, concluiu.

No final de Junho, no Congresso do PSD, Manuela Ferreira Leite perguntou “como foi possível por exemplo anunciar o fim do período de sacrifícios com a redução do IVA?”, referindo que antes da descida do imposto entrar em vigor verificou-se que, em vez de a crise ter acabado, “pelo contrário, a situação tinha piorado”.

A 30 de Maio, um dia antes de Manuela Ferreira Leite ser eleita presidente do PSD, ainda com Luís Filipe Menezes à frente do partido e Pedro Santana Lopes à frente da bancada social-democrata, a descida do IVA foi aprovada no Parlamento com os votos a favor do PS e a abstenção de todas as bancadas da oposição.

José Correia substitui Marques Guedes na Comissão de Ética

O deputado Luís Marques Guedes abandonou a presidência da Comissão de Ética, sendo substituído por José Matos Correia.

A decisão foi anunciada na conferência de líderes parlamentares.

Marques Guedes foi eleito secretário-geral do PSD no congresso do partido, de 20 a 22 de Junho.

Matos Correia já presidira à comissão de Ética, Sociedade e Cultura, mas fora afastado no ano passado depois de Luís Filipe Menezes chegar à presidência do PSD e de Santana Lopes ser líder parlamentar.

Jorge Costa: «O Governo, ou ainda não temos estudos financeiros das novas Obras Públicas, ou esconde-os por estar assustado com a factura»

O deputado do PSD Jorge Costa afirmou, no dia 2, estar convencido de que o Governo não tem concluídos os estudos e modelos de financiamento das novas obras públicas ou esconde-os por estar assustado com a factura.

Em declarações à agência Lusa, no

Parlamento, em nome do PSD, Jorge Costa insistiu em conhecer o valor dos custos anuais para o Estado – e por quantos anos se vão estender – da construção do novo aeroporto, da rede ferroviária de alta-velocidade e das novas estradas projectadas pelo Governo.

De acordo com o ex-secretário de Estado das Obras Públicas, “o Governo não terá os estudos fechados, terá estudos muito preliminares e por isso este secretismo – ou então está assustado com a factura”.

“Possivelmente não mostra porque não tem os modelos concluídos. Quando o país está endividado – em 100 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), de acordo com os últimos dados – exige-se mais rigor e melhor programação”, acrescentou.

Jorge Costa resumiu à agência Lusa as informações em concreto que o PSD quer conhecer “para se poder fazer um debate e definir prioridades”.

Questionado sobre que obras públicas podem ser travadas, o deputado do PSD respondeu: “Tudo é possível travar. Qualquer processo até à fase de adjudicação pode ser travado sem encargos para o Estado”.

Quanto ao novo aeroporto internacional de Lisboa, Jorge Costa referiu que o custo da infra-estrutura “está estimado em 4 mil milhões de euros” e que a sua construção caberá a quem comprar a ANA – Aeroportos de Portugal.

O PSD exige saber a percentagem exacta da ANA que vai ser privatizada, que aeroportos estão incluídos no processo, qual a componente de investimento público e qual é o risco que o Estado assume.

Quanto à alta-velocidade, Jorge Costa referiu que o projecto envolve “mais ou menos 9 mil milhões de euros, incluindo a terceira travessia sobre o Tejo” e que “o modelo do Governo é construir a linha através de uma parceria público-privada, em que o privado assume o financiamento da construção”.

“Que renda vai o Estado pagar ao privado que vai construir a linha, qual será a factura a pagar em cada ano?”, questionou o deputado do PSD.

Quanto às novas estradas, o ex-secretário de Estado das Obras Públicas referiu que está prevista a construção de “13 ou 14 concessões rodoviárias” no valor de “4 mil milhões de euros”, havendo uma cláusula “que impede encargos para o Estado nos próximos cinco anos”.

“Essa cláusula tem um custo financeiro, qual é? E qual vai ser o custo anual das rendas, quanto é que o Estado vai pagar anualmente?”.

O ministro das Obras Públicas, Mário Lino, declarou hoje que a presidente do PSD “não conhece os dossiers ou está mal assessorada”, depois de Manuela Ferreira Leite ter afirmado que o país está endividado e sem dinheiro para as obras públicas projectadas pelo Governo.

“O ministro tem é que mostrar os

estudos. A melhor resposta, se estão tão seguros da bondade das suas decisões, é mostrar os estudos”, aconselhou Jorge Costa.

Segundo o deputado do PSD “o Governo está mal habituado” em relação à divulgação de informação.

“Isto tem um bocado a ver com a cultura democrática. As pessoas estão mais exigentes, mais atentas. Esperávamos que tivesse aprendido alguma coisa com a Ota, que foi uma grande lição neste aspecto”, observou.

De acordo com Jorge Costa, o ministro das Obras Públicas foi questionado em comissão parlamentar em 25 de Setembro e 12 de Novembro de 2007 e em 29 de Janeiro, 29 de Abril e 01 de Julho deste ano sem nunca esclarecer os encargos do Estado com as novas infra-estruturas.

Que se passa com a não-divulgação da proposta governamental de revisão do Código do Trabalho?

O PSD criticou o Governo (no passado dia 2) por não ter ainda tornado pública a sua proposta de revisão do Código do Trabalho aprovada em Conselho de Ministros, exigindo conhecer o articulado do diploma.

Em declarações à agência Lusa, no Parlamento, o deputado e vice-presidente da bancada social-democrata Hugo Velosa disse que “o PSD está altamente preocupado com este processo”.

“Continuamos a não saber os exactos termos da proposta que vai entrar no Parlamento, o Governo está sempre a adiar”, criticou.

O deputado social-democrata recordou que “a discussão da proposta no Parlamento vai passar para o período pós-férias parlamentares de Verão”.

Hugo Velosa acrescentou que o PSD só poderá fazer uma avaliação da proposta do Governo e decidir se apresenta ou não alternativas “depois de saber os termos exactos do articulado” do diploma.

A proposta de Código do Trabalho do Governo foi aprovada em Conselho de Ministros na quinta-feira da semana passada, um dia depois de o executivo do PS ter chegado a acordo com os parceiros sociais – exceptuando a central sindical CGTP – sobre a revisão da legislação laboral.

Terça-feira da semana passada, na conferência de líderes parlamentares, o Governo invocou “atrasos na ultimização da proposta de lei” para adiar para Setembro a discussão e votação do diploma no Parlamento.

A proposta do Governo altera o Código do Trabalho aprovado durante o executivo PSD/CDS-PP chefiado por Durão Barroso, que teve Bagão Félix como ministro da Segurança Social e do Trabalho. – Fontes: Gab. Imp. GP/PSD, Lusa, DN; fotos arquivo PL





A pedido de Carlos Coelho PE faz ponto de situação da implementação do SIS 2

A Comissão das Liberdades Públicas do Parlamento Europeu (PE) organizou hoje, a pedido do Deputado do PSD Carlos Coelho uma audição pública com todos os responsáveis europeus e nacionais envolvidos na implementação da segunda geração do Sistema de Informações de Schengen (SIS 2), do qual o deputado português é Relator do Parlamento Europeu, a fim de fazer um ponto de situação relativo à efectiva entrada em funcionamento do SIS 2.

Carlos Coelho lembra que o SIS 2 é “essencial para o reforço da segurança nas fronteiras externas da UE, por ser mais operativo que o sistema hoje em vigor, por ter mais funcionalidades e mais dados (dados biométricos e impressões digitais). O SIS 2 deveria ter entrado em funcionamento em 2007, depois foi anunciado que seria em 2008 e há ainda quem duvide que consiga sê-lo durante 2009.

Esta audição juntou todas as partes envolvidas no processo, com principal destaque para o Vice-Presidente da

Comissão Europeia Jacques Barrot, para o Representante da Presidência Eslovena da UE e para vários especialistas dos Estados-Membros que estão a acompanhar a implementação do SIS 2.

Carlos Coelho apresentou as conclusões deste encontro e deixou vários alertas em nome do Parlamento Europeu:

1. Este é um sistema único que só pode funcionar com todas as partes operacionais. Não faz sentido que a Comissão Europeia declare o trabalho concluído com a instalação do Sistema Central sem estar conectado e a funcionar sem problemas com os serviços e polícias dos diversos Estados-Membros.

2. Os testes efectuados têm de ser rigorosos e aprovados por unanimidade, não devemos cair no facilismo de “aligeirar” o rigor dos testes para acelerar calendários de execução.

3. Este é um sistema de base europeia e não intergovernamental, que deve ser gerido pela Comissão



Europeia. Esta deverá apresentar o mais breve possível ao Parlamento Europeu a sua proposta legislativa que criará o organismo (agência?) que irá gerir o SIS 2, para ser discutida e aprovada em co-decisão.

4. Deverá ser afastada a ideia de facilitar que alguns países poderão continuar com o SIS1 enquanto outros

mais preparados avançariam já com a migração do sistema para o SIS 2. Só poderá haver uma “one shot migration”, uma transição com todos os Estados Membros logo que todos estejam em condições.

5. Parte sensível de todo este processo é a protecção de dados. Devem ser respeitadas todas as competências das autoridades de protecção de dados quer a nível europeu, quer a nível nacional. O PE critica o facto de estas, e em especial o Supervisor Europeu para a Protecção de Dados, não tenham sido devidamente envolvidas e auscultadas até ao momento.

6. O Parlamento Europeu exige total transparência durante o processo de implementação do sistema, querendo ser periodicamente informado do ponto de situação de todos os EM’s e do sistema central. O Parlamento reserva-se o direito de pedir responsabilidades aos que, pela sua acção ou inacção, levarem a maiores atrasos na entrada em funcionamento do SIS 2.

Duarte Freitas Nomeado relator do PPE para dossier relativo à actividade baleeira



O Deputado Europeu do PSD Duarte Freitas foi nomeado relator do PPE para uma Comunicação da Comissão Europeia sobre a acção comunitária relativa à actividade baleeira.

Duarte Freitas considera que “este documento se reveste de enorme importância para os Açores, não apenas pela sua história, fortemente ligada à actividade baleeira, como também devido à importância que a actividade de whale watching representa, hoje em dia, para a economia açoriana.”

Duarte Freitas explicou que “com a presente Comunicação, a UE pretende clarificar a sua posição no que

diz respeito à protecção destes animais, e marcar uma posição clara ao nível internacional.”

Com este documento, a Comissão Europeia pretende fazer o ponto de situação em relação à protecção das baleias ao nível comunitário e internacional, assumindo-se como um interveniente importante na persecução de objectivos ligados à criação de um quadro regulamentar internacional eficaz para a protecção das baleias.

Para Duarte Freitas, é necessário que a UE “assuma uma posição coordenada e consensual na Comissão Baleeira Internacional (CBI)” e, nesse sentido, considera “muito oportuna” a iniciativa da Comissão Europeia. — **Duarte Marques**

Delegação do PSD propõe «Prémio Sakharov» para Ingrid Betancourt

A delegação do PSD ao Parlamento Europeu propôs no dia 4, Ingrid Betancourt como candidata ao prémio Sakharov, considerando que a ex-refém franco-colombiana é daqui para a frente “uma das faces mais visíveis do combate pela liberdade de expressão”.

Numa carta dirigida a Hans-Gert Poettering, presidente do Parlamento Europeu, e Wilfried Martens, presidente do Partido Popular Europeu, a família política que o PSD integra, a delegação social-democrata sustenta que “Ingrid Betancourt é um exemplo de luta pela democracia, pelo respeito pelos direitos humanos, pelo Estado de direito e pelo combate à corrupção”.

Na carta, assinada pelo cabeça de lista do PSD no Parlamento Europeu, os eurodeputados sociais-democratas reforçam que Betancourt representa actualmente em todo o mundo “um exemplo de coragem, dedicação e inspiração a todos quanto se batem por esses valores previstos na Carta Europeia dos Direitos Fundamentais”.

Por fim, a delegação do PSD recorda que Ingrid Betancourt foi libertada, mas “muitos outros continuam detidos não só na Colômbia mas, infelizmente, ainda em muitos outros países”.

Criado em 1985 e atribuído anualmente pelo Parlamento Europeu, o “Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento” visa distinguir pessoas ou organizações que dedicaram as suas vidas ou acções à defesa dos direitos humanos e à liberdade.

Ingrid Betancourt, antiga candidata presidencial dos Verdes colombianos, foi libertada na passada quarta-feira na sequência de uma operação militar contra a guerrilha das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), ao fim de mais de seis anos de cativeiro. — **Duarte Marques**

Silva Peneda

Questiona Comissão Europeia sobre discriminação do Norte no uso de fundos europeus (QREN)

Governo português beneficiou região de Lisboa na atribuição de fundos do QREN através de “exceções” mal justificadas.

A esse respeito, o Eurodeputado do PSD, José Silva Peneda questionou a Comissão Europeia sobre a utilização que o Governo português irá a dar aos fundos comunitários em Portugal tal como previsto no QREN, criticando abertamente a opção do Governo de criar uma “artimanha” para fugir às regras comunitárias e beneficiar a região de Lisboa, em detrimento das outras regiões do país, nomeadamente do Norte de Portugal.

Tal como explica Silva Peneda, os critérios de elegibilidade para atribuição do financiamento do FEDER e do FSE restringem-se às regiões onde o PIB per capita é inferior a 75% da média comunitária, o que “felizmente já não acontece em Lisboa que já ultrapassa claramente a média comunitária, ao contrário da região norte que regista um valor de apenas 59,8% “. Ora, para contornar esta condição “o governo criou uma exceção à regra geral de elegibilidade territorial” para atribuição dos fundos comunitários no contexto do QREN, justificando que os investimentos feitos na capital têm “efeitos de difusão” (spill-over) nas restantes regiões do país.

Contudo, estes “efeitos de difusão” não estão quantificados rigorosamente, e nem sequer vagamente estimados, sendo fundamentados em argumentos qualitativos como “especialmente significativos”, “muito relevantes” e de “grande relevância” tal como se pode verificar no Anexo V da “Resolução do Conselho de Ministros nº 86/2007”.

A título de exemplo, Silva Peneda refere que será “particularmente difícil” que o Norte venha a beneficiar por “difusão” dos investimentos feitos em Lisboa no Programa Temático Potencial Humano do QREN. Este programa visa inverter “o deficit de qualificações da população, deficit esse especialmente grave na região Norte.”



“Estamos perante não só uma insensibilidade política face a uma região deprimida social e economicamente como também a uma centralização sem precedentes da gestão e facilitação de meios de apoio cruciais para empresas e economias locais.”

Silva Peneda lembra ainda que a taxa de desemprego da região Norte tem sido consistentemente superior à da região de Lisboa (9,1% vs. 8,4% no fim de 2007) ainda que no primeiro trimestre de 2008 estas taxas se tenham igualado (8,6%). Por outro lado, 35% da população portuguesa reside na região Norte enquanto que na região de Lisboa reside apenas 26%. A região Norte regista ainda um dos mais baixos rendimentos médios mensais da população empregada em Portugal (684 euros) sendo este 24% inferior ao verificado na região de Lisboa (899 euros). Fonte: INE, 2008.

Questões à Comissão europeia

1 - Se verificou rigorosamente a análise quantitativa que terá necessariamente que suportar a avaliação dos “efeitos de difusão”.

2 - Se, na sua opinião, as referidas exceções do Anexo V são consistentes com os objetivos de convergência e de coesão territorial, não só entre Estados-Membros como também entre as suas regiões, subjacentes aos fundos comunitários.

Background

O QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional, 2007-2013) define o enquadramento para a concretização, em Portugal, de políticas de desenvolvimento financiadas pelos fundos estruturais e de coesão da União Europeia.

Em resultado das exceções criadas, a região de Lisboa é claramente beneficiada cabendo à região Norte de Portugal 39% (8,4 mil milhões de euros) do total dos investimentos previstos no QREN (21,5 mil milhões de euros).

O PIB per capita (em paridade de poder de compra) da região Norte de Portugal equivalia a 59,8% da média comunitária em 2005 (o valor mais reduzido das sete regiões NUTS II do país) e o da região de Lisboa equivalia a 106,3%. (fonte: Eurostat) – *Duarte Marques*

Silva Peneda acusa Ministro do Ambiente de faltar à verdade relativamente ao atraso no QREN

O Eurodeputado do PSD, José Silva Peneda acusa o Ministro do Ambiente, Nunes Correia de faltar mais uma vez à verdade sobre o QREN. Recorde-se que ainda há dois dias o Ministro Nunes Correia atirou a responsabilidade dos atrasos no QREN para a Comissão Europeia, por tardia definição das Perspectivas Financeiras para 2007-2013, e por atrasos também na preparação dos regulamentos de suporte à execução do QREN.

Silva Peneda, que está em Paris integrado numa delegação do PPE que ontem se encontrou com o Presidente francês Nicolas Sarkozy, recorda que o governo prometeu, através de Resolução de Conselho de Ministros, que o QREN estaria operacional em Janeiro de 2007. Estamos em Julho de 2008 - passou um ano e sete meses - e “não se investiu, até agora, um só euro do QREN.”

Segundo o Deputado do PSD, o governo, “em vez de dar uma explicação às empresas e aos portugueses em geral sobre as razões de tão escandaloso atraso, tenta agora atirar para a Comissão Europeia a total responsabilidade desse facto, que só se deve, como tantas vezes tenho chamado a atenção, à incompetência do Governo.

Segundo Silva Peneda, “é por estas e por outras que muitos europeus não acreditam na UE”, pois “na boca dos governos o que é bom é mérito nacional, mesmo que sejam obras financiadas a 100 % por Bruxelas, e o que é mau é culpa de Bruxelas, mesmo, como é o caso, quando se trata de manifesta incompetência do Governo.”

“Com estes tipo de acusações, o governo tira a água do capote de forma cobarde e irresponsável, culpando outros por factos só a si dizem respeito.” Com esta “irresponsabilidade é impossível aproximar os cidadãos da UE” desabafou Silva Peneda. – **Do nosso correspondente, Duarte Marques**

Parar para pensar!

Ricardo Rio (*)

A nova líder do Partido Social Democrata (PSD) aproveitou o seu discurso de encerramento do XXXI Congresso do PSD para deixar um alerta que é simultaneamente uma evidência e uma novidade no que concerne à “vaga avassaladora de propostas de infra-estruturas” que, sustenta, “este Governo anuncia e de que o País nem sempre carece e para as quais manifestamente não tem dinheiro”.

É uma evidência porque a acusação de Manuela Ferreira Leite procurava dar resposta a duas simples questões que a mesma colocou sobre os investimentos públicos projectados e em curso que, supõe-se, teriam sempre que ter uma resposta afirmativa por parte de qualquer político responsável antes de avançar para a sua eventual concretização. Qualquer coisa como: São tais investimentos mesmo necessários? Dispomos de recursos suficientes para os pagar?

Por acréscimo, e aqui está a novidade, as duas questões não têm uma resposta absoluta e inquestionável, devendo ser entendidas e relativizadas à luz do enquadramento económico, financeiro, social e político de cada momento.

Isto é, não basta dizer que um determinado projecto tem um impacto positivo no País, quer de natureza conjuntural (pelo aumento transitório do volume de emprego, pelo acréscimo do produto e pela inerente maior circulação de recursos na economia), quer de natureza estrutural (pela capacidade reprodutiva que o mesmo possa ter sobre o tecido económico



local), nem sustentar apenas que o Estado dispõe de recursos (próprios ou alheios) para suportar o seu financiamento imediato e futuro.

É, sobretudo, preciso assegurar que certo projecto, ou leque de projectos, é aquele que melhor serve as necessidades do País e que, por essa via, melhor aproveita os recursos que lhe estão a ser e lhe serão afectos, muitas das vezes, por várias décadas, face a todas as suas potenciais aplicações alternativas, de investimento ou de despesa corrente.

Na verdade, esta leitura nem sequer põe em causa a aspiração de muitos empresários e economistas de que seria preferível um entendimento entre os principais Partidos com vista à definição das infra-estruturas que se deveriam tomar como prioritárias para o País, assim procurando evitar as recorrentes inversões das opções políticas nesta matéria de Governo para Governo.

Antes, o que esta leitura pressupõe é que esse consenso deve igualmente estabelecer, com igual clareza e transparência, as balizas dos cenários macroeconómicos e de outros indicadores relevantes, em que tais investimentos serão efectivamente tidos

como prioritários.

Ora, se assim acontecer, todos os projectos podem ser questionados até ao início da sua concretização, à luz desses mesmos limites e potenciais alterações da realidade socio-económica do País e do Mundo e das perspectivas que se gizam para a sua evolução futura.

Dizia também Manuela Ferreira Leite nessa mesma intervenção, fundamentando de forma clara e inequívoca, as dúvidas que agora lança sobre a materialização de certos projectos: “-Chegámos ao ponto de termos hoje uma situação de quase emergência social que exige uma acção imediata, determinada e corajosa. Há que intervir com urgência para combater os focos de pobreza e apoiar os novos pobres”, defendeu.

E, para que não se pense que esta é apenas uma leitura demagógica, populista e eleitoralista que hoje não se consegue colar à imagem do novo PSD, Manuela Ferreira Leite olhou para o país-real e lembrou ainda as dificuldades da classe média e os obstáculos que se colocam à actividade das pequenas e médias empresas, que rotulou dos “dois principais pilares do desenvolvimento do País”.

Curiosamente, o estudo sobre Portugal da Organização para a Cooperação e Desenvolvidos Económicos (OCDE), que foi publicamente apresentado na passada Quarta-feira, também aconselha que tais investimentos “devem promover a concorrência e que devem ser alvo de uma análise transparente de custo-benefício”.

Ainda a este nível, parece também claro que esta maior atenção à realidade económica e social do País não sugere a assunção pelo Estado de uma postura estritamente assistencialista, que estimule a indolência dos cidadãos e a subsídio-dependência das instituições, criando mecanismos artificiais de sobrevivência a uns e a outros.

Em todo o caso, as duas questões lançadas por Manuela Ferreira Leite poderiam aplicar-se de igual forma ao significativo volume de investimentos que, em ano pré-eleitoral, será novamente concretizado por muitos autarcas, de Norte a Sul do País. E, seguindo a mesma lógica, independentemente do modelo encontrado para a sua concretização e financiamento, deveriam estes ser capazes de responder de forma rigorosa: São tais investimentos mesmo necessários? Dispõem de recursos suficientes para os pagar?

Bem sei que muitos poderiam demonstrar a bondade e razoabilidade das suas opções. Mas não faltam exemplos que mereceriam as mesmas palavras de Manuela Ferreira Leite, concentrados que estão no que julgam poder ser a sua mera sobrevivência política, através de “uma vaga avassaladora de propostas de infra-estruturas de que o seu Concelho nem sempre carece e para as quais manifestamente não tem dinheiro” mas que, como o Governo, sabem que alguém vai ter que pagar.

– (*) Mestre em Economia, presidente da CPS/Braga, nosso correspondente

Notícias de Aveiro

“Festa da Ria 2008” de 11 a 20 de Julho, no Rossio.

A “Festa da Ria”, promovida pela Autarquia Aveirense com o apoio da Região de Turismo Rota da Luz, pretende potenciar as mais valias da Ria de Aveiro e do Barco Molceiro com a realização de diversas actividades junto à Ria – zona do Rossio – e outras que se desenrolarão nos canais – Regata de Barcos Molceiros, Raid Catamarãs “Ria de Aveiro”, como por exemplo.

Do programa destacamos a realização da Semana Gastronómica da Ria; a exposição “Contemporaneidade no Ecomuseu” por Rui Aguiar no Ecomuseu Marinha

da Troncalhada de 11 a 20 de Julho; as Verbenas do Rossio com a apresentação de diferentes espectáculos: música tradicional de Cuba (dia 12, 22.00 horas, Rossio); concerto pela Tuna de Santa Joana (14, 22.00 horas, Rossio) e música popular pelo Grupo “Chão Nosso” (dia 15, 22.00 horas, no Rossio). Nalguns os dias à noite, pelas 22.00 horas, haverão “Noites do Rossio” com a actuação de vários grupos: “Quinteto Bossa Jazz” no dia 16; “Toques do Caramulo” (dia 17); Festival Internacional de Folclore “Danças do Mundo” a 18; e música tradicional galega com a Banda de



Gaitas “A Carballeira” no dia 19 de Julho.

No dia 13 de Julho, pelo segundo ano consecutivo, a partir das 10.00 horas, terá lugar a Recriação do fabrico tradicional de adobe em Requeixo. No Rossio, às 16.00 horas, vai decorrer o Festival de Folclore de Aveiro que contará com as participações da Escola de Etnografia da Casa do Povo de Cacia; Grupo Folclórico “As Lavradeiras de Sarrazola”; Grupo Folclórico das Alagoas; Grupo Folclórico de Esgueira e Grupo Folclórico da Casa do Povo de Cacia. De realçar que de 12 a 20 haverá Mostra de Artesanato de Verão, no Largo do Rossio, das 10.00 às 24.00 horas, com excepção dos dias 13, 20 que será apenas até às 20.00 horas.

A III Feira de Sal de Aveiro será inaugurada no dia 18, pelas 10.00 horas, no Largo do Mercado Manuel Firmino, e estende-se até dia 20, das 10.00 às 19.00 horas. No dia 19, pelas 10.00 horas, terá início a Recriação da venda tradicional de Peixe a Retalho no Mercado de Peixe. Relacionado com o desporto, Aveiro organiza a segunda edição do Triatlo de Aveiro – Taça de Portugal e Circuito Nacional Jovem nos dias 19 de 20 de Julho, com partida e chegada do Cais da Fonte Nova. No dia 19 a prova decorrerá das 14.00 às 17.30 horas e no dia seguinte, das 9.30 às 13.30 horas.

A Grande Regata de Barcos Moliceiros terá lugar no dia 19, com saída pelas 15.00 horas, da Torreira e chegada a Aveiro por volta das 17.00 horas. Uma novidade deste ano é a organização do Raid Catamarãs “Ria de Aveiro” que sairá da Torreira pelas 17.00 horas. A meta será instalada na Rua do Sal ao Ecomuseu da Marinha da Troncalhada. Durante este período haverá animação de rua no Rossio com a Banda de Gaitas da Associação Musical e Cultural de São Bernardo e Banda de Gaitas “A Carballeira”.

No dia seguinte, 20, pelas 10.00 horas, terá início o Concurso de Painéis dos Barcos Moliceiros que estarão atracados no Canal Central. A entrega dos prémios da Regata dos Moliceiros e do Concurso de Painéis dos Barcos Moliceiros decorrerá a partir das 14.00



horas. Durante o resto da tarde haverá animação de rua pelo grupo “Farrabanda” e um espectáculo pelo Grupo Etnográfico e Cénico das Barrocas Cidade de Aveiro, no Rossio.

Os principais objectivos da “Festa da Ria” são proporcionar à população Aveirense e a todos os turistas, diversas actividades culturais de forma a divulgar e potencializar todas as mais valias da Ria de Aveiro; dinamizar as noites de Verão, proporcionando-lhes

actividades relacionadas com a Ria de Aveiro; encher de colorido o Canal Central da Ria de Aveiro através dos seus moliceiros; consciencializar a população para a importância da Ria de Aveiro; valorizar a cultura e o património existente relacionado com a Ria de Aveiro; dar a conhecer o artesanato da região de Aveiro; e dar possibilidade às Associações do nosso Concelho de divulgarem os seus trabalhos.

A Autarquia mantém os nomes tradicionais dos Cais da Ria de Aveiro

A Câmara Municipal de Aveiro informa o Vosso Órgão de Comunicação Social que foi aprovada em Reunião de Câmara recente, a proposta da Comissão Municipal de Toponímia de manter, pela singularidade e memória de Aveiro, os nomes tradicionais dos Cais de Aveiro.

Na sequência da proposta e em articulação com Junta Freguesia da Vera-Cruz, a rua envolvente ao Canal de São Roque voltou a designação antiga de “Cais de São Roque” tendo sido encontrado uma homenagem “de igual ou ainda maior notoriedade”, segundo o Vereador Capão Filipe. Foi ainda atribuída a designação de “Parque dos Remadores Olímpicos” ao Parque de Lazer criado pela Aveiro Polis junto ao Canal de São Roque, na freguesia da Vera Cruz.

Manter-se-ão, todavia, os já atribuídos nomes de Eduardo Ala Cerqueira e Domingos João dos Reis aos Cais do Paraíso e dos Santos Mártires, respectivamente, estando inscrita a designação antiga nas placas de identificação.

Exposições colectivas “A Vida na Terra” e “Encontros”

A Câmara Municipal de Aveiro e a ACAV – Associação Arte e Cultura de Aveiro realizam as exposições colectivas “A Vida na Terra” dos alunos de Desenho e Pintura e “Encontros” dos alunos de Pintura de Azulejos e Cerâmica que estarão patentes de 4 a 27 de Julho, na Galeria dos Paços do Concelho e na Galeria da Misericórdia, respectivamente.

Inauguradas no dia 5 de Julho, pelas 16.00 horas, as exposições colectivas são constituídas pelos trabalhos desenvolvidos pelos alunos de quatro cursos da ACAV – Associação Arte e Cultura de Aveiro. As mostras podem ser visitadas de Terça a Domingo, das 14.00 às 19.00 horas, até 27 de Julho, com entrada livre. – Gab. Imp. CM Aveiro



Notícias de Cascais

Maquete do Futuro Hospital de Cascais em Exposição

A partir de dia 8 de Julho, passou a ser possível antecipar toda a informação relativa ao futuro Hospital Dr. José de Almeida. Fruto de um esforço conjunto entre a Câmara Municipal de Cascais, Sonae Sierra, Ministério da Saúde e Grupo HPP – Saúde, a maquete e os painéis informativos sobre o futuro Hospital de Cascais estarão em exposição no primeiro piso do Cascaishopping.

Enquanto decorrem as obras de construção do novo hospital de Cascais, a população que visita o Centro Comercial pode antecipar não só como será o futuro edifício, mas também toda a informação relativa ao mesmo, nomeadamente, especialidades médicas, equipamento e previsões de atendimento.

Com conclusão prevista para o início de 2010, o novo hospital integra-se na lógica de parceria público-privada e significa um investimento de 387 milhões de euros, dos quais 100 milhões de euros serão canalizados para a construção. Prevê-se que o novo equipamento venha a prestar um serviço anual de 235.000 consultas, 98.000 diárias de internamento e 10.800 cirurgias a uma população de 285.000 habitantes dos concelhos de Cascais e Sintra.

Concretizadas estão já as acessibilidades ao hospital, numa intervenção assumida pela Câmara Municipal de Cascais, que para tanto investiu cerca de oito milhões de euros.

Mediante proposta da Câmara Municipal, que mereceu o acolhimento por parte da Senhora Ministra da Saúde após parecer favorável da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e do Centro Hospitalar de Cascais, o patrono do novo Hospital será José de Almeida,



insigne personalidade médica que se destacou no campo da solidariedade e beneficência.

No âmbito da Política de Responsabilidade Corporativa da Sonae Sierra, o CascaiShopping proporcionará desta forma a

população da sua área de influência, ou seja, aos futuros utentes do Hospital, a possibilidade de ver in loco a maquete do futuro Hospital de Cascais.

“Clínica Segurança” - “Consultório médico” promove segurança infantil nas praias de Cascais

A Câmara Municipal de Cascais vai dinamizar em parceria com a APSI – Associação para a Promoção da Segurança Infantil, “Clínicas de Segurança” em quatro praias do concelho, com o intuito de sensibilizar e esclarecer a população veraneante para a prevenção de acidentes.

Numa altura de grande afluência às praias, a Câmara Municipal de Cascais e a APSI pretendem sensibilizar o público para o facto de os ferimentos e lesões acidentais constituírem a maior causa de morte, doença e incapacidade temporária e permanente na população infantil.

Tendo por mote a segurança rodoviária (criança passageira e condutora de bicicleta) e a segurança na água (prevenção de afogamentos), a acção “Clínica de Segurança” pretende dinamizar actividades pedagógicas com as crianças e suas famílias em plena praia, criando um “consultório médico” onde as crianças são recebidas por um “especialista em segurança”.

No final é prescrita a “receita” sobre qual o sistema de retenção adequado para andar de automóvel (cinto, cadeira para o carro), qual o melhor equipamento de protecção para andar de bicicleta (capacete, joelheiras, cotoveleiras) e qual o equipamento mais indicado para nadar, andar de barco, ou brincar perto da água (braçadeiras, colete salva-vidas).

No decorrer da acção pretende-se também que crianças e adultos experimentem manusear diferentes equipamentos e sistemas de retenção ali disponíveis para o efeito, tais como: um banco elevatório, cadeiras de apoio, capacetes, coletes e braçadeiras. As acções nas seguintes datas:

Praia do Tamariz | 11 de Julho
Praia de S. Pedro | 17 de Julho
Praia de Carcavelos | 25 de Julho
Praia da Conceição | 01 de Agosto
Horário: das 09H30 às 11H30

Exposição de Design “Pura Alma” de Isabel Mello

No passado dia 3 a Casa de Santa Maria acolhe a exposição de escultura e objectos de design intitulada “Pura Alma”, da autoria de Isabel Mello.

Apaixonada pela escultura, Isabel Mello demonstra uma enorme preferência pelo recurso à alpaca (prata alemã), mas a sua criatividade também se materializa na pedra, na madeira e no bronze. As suas peças primam pela “elegância, originalidade e perfeccionismo”.

Diplomada em escultura pela ARCO- Centro de Arte e Comunicação Visual, Isabel Mello possui também formação em joalharia pelas escolas “Contramarca” e “Guta”.

É das mãos de Isabel Mello que têm saído peças para galardoar as melhores performances empresariais e desportivas, ou para atribuir como ofertas de prestígio, prova da admiração do público pela sua arte.

A mostra vai estar patente ao público até ao dia 27 de Julho (terça a domingo das 10h00 às 17h00), na Casa de Santa Maria, na Rua do Farol de Santa Marta. – *Gab. Imp. CM Cascais*



Notícias de Ílhavo

Bandeiras Azuis 2008 hasteadas no dia 4

A Câmara Municipal de Ílhavo vai proceder, no dia 4 de Julho, às Cerimónias do Hastear das Bandeiras Azuis e das Bandeiras de “Praia Acessível, Praia Para Todos” das Praias da Barra e da Costa Nova, bem como assinalar a conclusão dos trabalhos da Ciclovía da Barra e da Reabilitação da Ponte da Barra.

O programa das cerimónias foi o seguinte: 4 de Julho, Sábado, às 17h00, Partida para as Praias (de Bicicleta a partir dos Armazéns Gerais da Câmara Municipal de Ílhavo, na Gafanha de Aquém); 18h00, Hastear da Bandeira na Praia da Costa Nova (Praia do Visual); 18h45, Abertura Oficial da Ciclovía da Barra; 19h00, Hastear da Bandeira na Praia da Barra (Molhe Sul); 22h00, Fogo de Artifício no Canal de Mira (lançado das Ilhas junto à Ponte da Barra); 22h15, “Parabéns à Ponte”

Semana Jovem 2008

A Câmara Municipal de Ílhavo vai realizar de 18 a 26 de Julho a edição de 2008 da Semana Jovem.

Concertos, Torneios Desportivos, Workshops, Animação de Rua, Ateliers,



Vem atravessar a Ria a Nado

Inscrições até 18 de Julho

Normas de Participação e Ficha de Inscrição - Travessia da Ria a Nado

Workshops Fórum da Juventude

Inscrições até 18 de Julho

Ficha de Inscrição - Trapologia

Ficha de Inscrição - Pinturas Faciais

Ficha de Inscrição - Workshop de Primeiros Socorros

Ficha de Inscrição - Workshop de Folclore Internacional

Ficha de Inscrição - Workshop de Fimo

Ficha de Inscrição - Workshop de Malabarismo de Fitas

Ficha de Inscrição - Workshop de Estampagem de Sabonetes

Ficha de Inscrição - Workshop de Orientação

I Torneio de Ténis de Mesa

Inscrições até 18 de Julho

Normas de Participação e Ficha de Inscrição - Ténis de Mesa

I Torneio de Futebol de Rua

Inscrições até 18 de Julho

Normas de Participação e Ficha de Inscrição - Futebol de Rua 2008

Percursos Pedestres

Inscrições até 18 de Julho

Vem apanhar Ondas!

Aulas de Surf e Bodyboard Gratuitas

Inscrições no local

(Rua 5, Praia da Barra – 19, 20 e 21 de Julho)

Farol da Barra Aberto

Inscrições no local (20 e 26 de Julho)

Visita Guiada ao Centro Cultural de Ílhavo

Inscrições até 18 de Julho

Ficha de Inscrição - Visita ao Centro Cultural de Ílhavo

E mais, muito mais..., com mais informações a prestar pelo

Fórum Municipal da Juventude, Ílhavo | Tel. 234 321 079, Gafanha da Nazaré | Tel 234 183 773 | Pólo de Vale de Ílhavo | Tel 234 326 826; Biblioteca Municipal de Ílhavo; Pólo Gaf. Encarnação | Tel 234 086 668 ; Pólo Gaf. Carmo | Tel 234 398 009; e ainda Câmara Municipal de Ílhavo, Tel 234 329 602 e geral@xm-ilhavo.pt

Festas da Vista Alegre

As Festas da Vista Alegre em honra de Nossa Senhora da Penha de França realizaram-se de 4 a 7 de Julho, numa organização conjunta entre a Câmara Municipal de Ílhavo e a Vista Alegre, no âmbito de um protocolo de Cooperação Cultural entre estas duas entidades.

Do programa constou, a 4 de Julho, Sexta-feira, um espectáculo com José



Cinema ao Ar Livre, Dança, Poesia, Desportos Radicais são apenas algumas das actividades em que poderá participar.

XI Mostra Jovem de Artes

Inscrições até 11 de Julho

Normas de Participação e Ficha de Inscrição - Mostra Jovem de Artes 2008

IX Torneio de Ténis

Inscrições até 18 de Julho

Normas de Participação e Ficha de Inscrição - Ténis 2008

X Torneio de Matraquilhos

Inscrições até 18 de Julho

Normas de Participação e Ficha de Inscrição - Matraquilhos 2008

IX Torneio de Street-Basket 3x3

Inscrições até 25 de Julho

Normas de Participação e Ficha de Inscrição - Street Basket 2008

Ílhavo Jovem em Canoa 2008

Inscrições até 18 de Julho

Ficha de Inscrição - Ílhavo em Canoa 2008

XI Torneio de Futsal

Inscrições até 25 de Julho

Normas de Participação e Ficha de Inscrição - Futsal 2008

Cyberlan 2008 (Lan-Party Cyberclip)

Inscrições até ao dia da actividade (18 de Julho) em www.cyberclip.net/

Torneio Pro Evolution Soccer em ecrã gigante

Inscrições até 19 de Julho

Cid: no dia 5 de Julho, Sábado, Hastear da Bandeira da Vista Alegre, no Largo da Fábrica, «Noddy na Vista Alegre» para os mais pequenos, com sessão de fotografias, música e insufláveis

Às 22h00 no Teatro da Fábrica, intervenção musical em Tigelafone com Maria João Magno, seguida de Fado de Coimbra com o grupo Verdes Anos

No dia 6 de Julho, Domingo, Missa na Capela da Vista Alegre, Procissão que percorreu as ruas da Fábrica e do Bairro Social e às 22h00, espectáculo com o Grupo TV5 Music

De 4 a 7, houve «Vendas de Oportunidades» na fábrica.

A Exposição Temporária “Parcerias Artísticas na Vista Alegre: Renovação e

Modernidade. Séc. XX - XXI”, esteve patente ao público numa das Habitações Sociais da Fábrica, junto ao Refeitório. Esta exposição vai manter-se até 27 de Julho, de terça a sexta-feira das 10h às 17h; Sábados e Domingos das 10h às 12h30 e das 14h às 17h. A entrada é Gratuita.

Realizou-se também a exposição “Sentir o Planeta Terra”, projecto desenvolvido em parceria com a Universidade de Aveiro e esteve representada a Gastronomia regional em parceria com a Confraria do Bacalhau, ovos moles e padas de Vale de Ilhavo.

As Visitas guiadas e gratuitas à Fábrica fizeram-se de acordo com as disponibilidades do Centro de Visitas. - © CM Ilhavo

Notícias de Ovar

Proposta dos vereadores PSD, para atribuição da Medalha de Mérito Municipal de Ouro a João Gonçalves

Há 30 anos atrás nascia a secção de basquetebol da Associação Desportiva Ovarense por iniciativa do Sr. João Gonçalves. Uma acção meritória que granjeou prestígio e notoriedade para o clube e para a cidade de Ovar. Mas também, o basquetebol enquanto modalidade, deve muito ao pioneirismo e espírito de iniciativa de João Gonçalves, já que dos resultados da Ovarense e da dinâmica criada em toda a região se faz muito da história recente do desporto da “bola ao cesto”.

João Henriques Ferreira Gonçalves nasceu em Mortágua, no dia 14 de Junho de 1926. Filho de uma professora do ensino primário e de um farmacêutico, foi o mais novo de seis irmãos. Concluiu o ensino secundário em Coimbra, sendo na altura praticante de basquetebol. Por motivos profissionais, fixou-se em Ovar, como tesoureiro da Fazenda Pública, em 1969, após passagem por Mourão, Sernanselhe, Odemira e Anadia.

Ao cabo de quase três décadas, o Sr. João Gonçalves ainda se mantinha nos corpos directivos do basquetebol vareiro, funcionando como elemento aglutinador de uma cada vez mais vasta equipa de trabalho, pondo todos os dias a sua dedicação, o seu bom senso e a sua disponibilidade ao serviço do Clube. De tal forma que há mesmo quem não hesite ao afirmar que “o basquetebol da Ovarense nasceu com ele e não pode viver sem ele”.

O Sr. João Gonçalves veio a falecer no ano passado 2007, já depois de assistir à inauguração da Arena Desportiva que foi baptizada com o seu nome no Centro comercial Dolce Vita.

A história pessoal do Sr. João Gonçalves confunde-se com a história e o palmarés do clube que ajudou a criar e a crescer e que importa aqui recordar, mesmo que sumariamente.

Diz-nos a história oficial do clube que, o primeiro grande feito do



basquetebol vareiro surge na já distante época de 1976/77 quando garante a subida à II divisão. Uma alegria reeditada no ano seguinte quando alcança a promoção à I Divisão onde se mantém desde 78/79.

O mês de Maio de 1989 fica assinalado como sendo a data da constituição da Liga de Clubes de Basquetebol, onde a Ovarense surge como fundadora. Uma posição idêntica à desempenhada no seio da União das Ligas Europeias de Basquetebol.

Reconhecendo o trabalho desenvolvido em prol da comunidade e o prestígio que granjeou para Ovar, a Câmara Municipal atribuiu-lhe a medalha de Prata de mérito desportivo em 1987 e a medalha de Ouro de mérito desportivo em 1988.

Para ultrapassar problemas de vária ordem, em 24 de Abril de 1996 foi constituída a ADO - Basquetebol da Associação Desportiva Ovarense, clube autónomo, com participação maioritária de associados do clube-mãe que detém, por isso mesmo, os

destinos desta nova associação. Reconhecendo os bons serviços prestados pelo Basquetebol vareiro, à ADO - Basquetebol foi reconhecida a Utilidade Pública, em 31 de Agosto de 1999.

E para satisfazer imperativos do novo ordenamento jurídico - desportivo, em 18 de Março de 1999, foi constituída uma sociedade anónima desportiva (SAD) com a participação do clube fundador (ADO - Basquetebol), de várias empresas do concelho e da comunidade de Ovar, sendo de salientar nesta SAD a participação do grupo empresarial AEROSOLES, principal patrocinador da equipa.

A ADO - Basquetebol possui hoje um palmarés deveras impressionante:

¼ Medalha de Prata - Mérito Desportivo da CMO - 1987

¼ Medalha de Ouro - Mérito Desportivo CMO - 1988

¼ Campeão Nacional da Liga Profissional - 1999/2000, 2005/06, 2006/2007 e 2007/2008

¼ Campeão Nacional - 1987/88

¼ Vencedor da Taça de Portugal - 1988/1989 - 1989/1990

¼ Vencedor da Supertaça de Portugal: 1988/89, 1990/91, 1993-94, 2000-01, 2001/02, 2006/2007 e 2007/2008;

¼ Vencedor da Taça da Liga - 1991/92 - 1996/97 - 2000/01

¼ Vencedor do Torneio dos Campeões - 2004/05, 2006/2007 e 2007/2008;

¼ Campeão Nacional de Juvenis Masculinos - 1986/87

¼ Campeão Nacional de Iniciados Masculinos - 1987/88

¼ Campeão Nacional de Cadetes Masculinos - 1991/92

Assim, e por tudo isto, os Vereadores do PSD propõem que a Câmara Municipal de Ovar atribua, a título póstumo, a Medalha de Mérito Municipal de Ouro ao Sr. João Gonçalves.

Vereadores do PSD defendem apoio à ADO-Futebol

Na Reunião de Câmara da semana passada, os Vereadores PSD propuseram que fosse atribuído o montante de E. 15.050,00 à Associação Desportiva Ovarense, respeitante à actividade desportiva realizada por esta colectividade no último ano, principalmente ao nível da formação.

Recorde-se que esta verba já estava prevista no Programa de Apoio ao Associativismo do Concelho de Ovar, aprovado em reunião camarária de 08.11.2007, e deveria ter sido atribuída mediante a celebração de um Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo com a ADO Futebol da Associação Desportiva Ovarense. Nesse contrato, a Câmara Municipal comprometia-se a atribuir a referida participação financeira à Associação, para a prossecução do seu



Programa de Desenvolvimento Desportivo no período entre 01.09.2007 e 30.06.2008.

No entanto, e como chegou entretanto ao conhecimento da Câmara Municipal que o Tribunal Judicial da Comarca de Ovar tinha declarado a insolvência da Associação, o contrato não chegou a ser celebrado. A deliberação da Câmara Municipal, tomada a 20 de Dezembro do ano passado, previa no entanto, que o pagamento pudesse vir a ser realizado posteriormente, caso houvesse alteração da situação da Associação e fosse apresentado um plano de recuperação viável.

Por isso, e uma vez que o Tribunal da Relação do Porto revogou, no passado dia 20 de Junho, a medida de insolvência, os Vereadores do PSD consideram que já não subsiste nenhuma razão para manter a suspensão do apoio à Associação Desportiva Ovarense, pelo que propuseram que o montante em causa fosse agora atribuído à colectividade, efectuando-se, deste modo, os termos do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo inicialmente previsto entre a Câmara Municipal de Ovar e a ADO Futebol. – **Ass.: Os Vereadores do PSD na Câmara Municipal de Ovar.** - (Do nosso correspondente **Álvaro Santos**)

Recomendação do PSD à Câmara, para a valorização do Pão-de-Ló de Ovar e do Azulejo vareiro

Ovar é um concelho com muitos e importantes factores identitários, com um enorme potencial de serem valorizados e de contribuírem para o desenvolvimento da base económica local.

Pela sua importância local, mas também pela oportunidade de valorização através dos Fundos Comunitários disponíveis, destacamos aqui o Pão-de-Ló de Ovar e o Azulejo.

No dia 16 de Março de 2006, apresentámos uma recomendação neste órgão autárquico para a criação

de uma Confraria do Pão-de-Ló de Ovar. Como, até à data, parece ter “caído em saco roto”, parece-nos pertinente relembrar esta ideia, cujo objectivo é o da valorização deste doce que é, por um lado, um símbolo da identidade vareira e, por outro lado, um dos mais representativos produtos da doçaria tradicional portuguesa.

Na cidade de Ovar existem vários estabelecimentos dedicados à produção e venda desta saborosa especialidade local, sendo que algumas das mais prestigiadas casas de Pão-de-Ló vareiras recebem encomendas de vários pontos do país e até do estrangeiro.

O Pão-de-Ló é um produto emblemático da gastronomia portuguesa, existindo em várias versões distintas, associadas a outras tantas localidades. O de Alfeizerão e o de Margaride serão, talvez, os que mais rivalizam com o de Ovar em termos de popularidade, mas o pão-de-ló tem também receita própria em terras como Arouca, Marco de Canaveses, Freitas, Viseu, Loures ou Coimbra.

Defendemos, por isso, que a popularidade do Pão-de-Ló de Ovar seja entendida como factor de diferenciação positiva e competitiva face a outros territórios, pelo que a criação de uma Confraria do Pão-de-Ló de Ovar, enquanto iniciativa municipal, seria uma forma de valorização deste doce tão apreciado e da sua promoção, enquanto produto exclusivo do nosso Concelho.

As confrarias gastronómicas, autênticos bastiões de cultura viva, têm como missão preservar, difundir e consolidar o património gastronómico nacional. Neste caso em concreto, defendemos que a Confraria seja constituída por pessoas que exercem a sua actividade profissional na confeção e comércio do Pão-de-Ló, podendo admitir Confrades Honorários exteriores a esta actividade profissional, mas cujo contributo seja considerado relevante para os propósitos da organização.

Os objectivos fundamentais da Confraria, tal como já defendemos em Março de 2006, poderiam ser os de

promover o Pão-de-Ló e a nossa região, gerar parcerias e conceber actividades de divulgação, equacionando-se ainda a certificação deste produto tradicional de Ovar e a obtenção da Indicação Geográfica Protegida, de forma a salvaguardar a sua comercialização em estabelecimentos devidamente autorizados, cujo fabrico obedeça aos padrões de qualidade, genuinidade e segurança alimentar.

Ainda no âmbito da actividade da Confraria, recomenda-se igualmente a divulgação do Pão-de-Ló em certames turísticos ou culturais e o incentivo às acções de investigação, não esquecendo a determinação das suas características organolépticas, que visem o melhor conhecimento sobre a origem do Pão-de-Ló de Ovar e sobre a forma como se consolidou na gastronomia desta região.

O Azulejo vareiro

Por sua vez, o Azulejo, mais do que um revestimento, está presente nas fachadas de Ovar é uma peça de arte e faz parte indiscutível da identidade cultural da cidade. Mas, apesar da existência de um Atelier de Restauro e do seu trabalho meritório, na prática pouco tem sido feito para conservar este património, que deu a Ovar o justo e legítimo título de Cidade Museu do Azulejo.

Muitas casas revestidas de azulejo, existentes no centro da cidade, estão vazias e abandonadas, e corre-se o risco de que o destino destas antigas moradias venha a ser o da demolição para dar lugar à construção de imóveis modernos, onde o azulejo já não vai estar presente. Também os painéis de azulejos existentes em vários pontos da cidade, tais como os da estação ou os das fontes, apresentam sinais evidentes de deterioração.

Os azulejos – uma herança dos emigrantes ovarenses que, no regresso de Terras de Vera Cruz, e influenciados pelo uso dos azulejos na parte exterior dos edifícios brasileiros, decidiram cobrir as suas casas com os pequeninos quadrados de cerâmica pintada e vidrada – foram, em tempo, um sinal de poderio económico, pois as casas revestidas a azulejo não estavam acessíveis às famílias de poucos recursos. Mas nos dias de hoje parecem já ter perdido muito do seu antigo valor, carecendo actualmente de uma verdadeira estratégia para a sua valorização e preservação.

É certo de estas recomendações já foram feitas aqui neste executivo anteriormente pelos Vereadores do PSD. E, tanto quanto julgamos saber, motivaram candidaturas a fundos comunitários no âmbito do terceiro Quadro Comunitário de Apoio (QCA III). Contudo, essas candidaturas foram reprovadas. Ficamos por saber se por demérito das próprias candidaturas ou se por falta de empenhamento da sua defesa técnica e política. Seguramente, não foi pela falta de importância que o Pão-de-Ló

e o Azulejo assumem na nossa história local e principalmente, o papel que podem ainda vir a desempenhar no futuro.

Por este conjunto de razões, os Vereadores do PSD insistem em deixar aqui, mais uma vez, a recomendação para que estes dois produtos, bem característicos da nossa Terra (o Pão-de-Ló e o Azulejo), sejam valorizados e elevados ao estatuto de verdadeiros PRODUTOS DE EXCELÊNCIA, através do desenvolvimento de projectos e acções de sua valorização e promoção.

O novo pacote de fundos comunitários provenientes do QREN 2007-2013 abre uma janela de oportunidades para que assim seja.

Assim, no âmbito do Programa Operacional Regional do Centro, o Eixo 3 – “Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-regionais” tem uma dotação orçamental de 468 milhões de euros e incluiu a medida “Valorização de recursos específicos do território”.

Esta medida compreende intervenções de desenvolvimento territorial a partir da base endógena - recursos específicos - e da geração de capacidades competitivas de nível local. Tem-se aqui em conta que a Região Centro dispõe de uma diversidade de recursos endógenos (naturais, culturais, patrimoniais, paisagísticos, gastronómicos, etc.) que, em grande parte, a diferenciam no contexto nacional e que, no seu conjunto, encerram um elevado potencial económico que é necessário valorizar.

Privilegiem-se aqui os recursos que sejam a base de uma parte significativa da economia de um espaço sub-regional concreto, ou aqueles que sejam suporte de redes temáticas de promoção do desenvolvimento, ou ainda os que incentivem a emergência de actividades que superem as dependências tradicionais das economias locais. É essencial que os projectos a apresentar procurem desenvolver lógicas de articulação de recursos e de objectivos, procurando impactos territoriais concertados. É nesta perspectiva que podem vir a estabelecer-se operações ligadas à valorização do património, dos recursos naturais ou à criação de condições de atracção de actividades e de residentes.

Importa, assim, que as intervenções gerem novas dinâmicas (em particular, baseadas no empreendedorismo) e se afirmem como criadoras de novos factores de excelência, fixando ou atraindo população e novas actividades.

O Pão-de-Ló de Ovar e o Azulejo são dois produtos únicos na região. Únicos no país. E merecem ser devidamente promovidos e valorizados.

Estamos certos de que o executivo da Câmara Municipal de Ovar tudo fará para alcançar este desiderato. – **Ass., Vereadores PSD da CM Ovar** (Do nosso correspondente, **Álvaro Santos**)

Distrital pronuncia-se sobre Estabelecimento Prisional em Almeirim

A Comissão Política Distrital do PSD de Santarém, reunida com todas as Comissões Políticas Concelhias, a JSD, os Trabalhadores Sociais-Democratas e os Autarcas Sociais-Democratas, deliberou tornar público o seguinte

COMUNICADO
sobre a instalação de um Estabelecimento Prisional em Almeirim

1. Repudiar o secretismo com que todos os intervenientes – Presidente da Câmara Municipal de Almeirim e Presidente da Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim – actuaram em todo este processo do Estabelecimento Prisional de Lisboa e Vale do Tejo, a instalar no concelho de Almeirim, escondendo-o, até à última hora, dos restantes autarcas e, principalmente das populações. Se o investimento traz, como afirmam, “mais-valias assinaláveis para a vida económica e social do Concelho”, porquê escondê-lo daqueles



que mais vão beneficiar dele?

2. Reiterar as dúvidas já manifestadas publicamente pelo PSD de Almeirim e por muitos municípios locais que legitimamente se interrogam sobre a real valia das contrapartidas negociadas. Como é que se vão materializar as recomendações anunciadas para que todas as empresas que prestem serviços ao estabelecimento “utilizem mão-de-

obra do Concelho”? Como é que “todas as aquisições que o estabelecimento tenha que fazer por si serão preferencialmente feitas no Concelho”?

3. Recordar que a Herdade dos Gagos constitui um património económico e social de extraordinário valor para o concelho de Almeirim, e que a susceptibilidade de construção de um estabelecimento prisional naquele local, ocupando uma área aproximada de 42 hectares, acarretará inegáveis efeitos ambientais. A área prevista para a implementação e construção do novo estabelecimento prisional situa-se numa área de montado de sobreiro, inserida na Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional, e que representa uma fonte de riqueza agrícola e ambiental para o concelho de Almeirim e, em especial, para a freguesia de Fazendas de Almeirim. Neste contexto, justifica-se saber se não haverá, no concelho de Almeirim,

outra localização mais adequada do ponto de vista económico e social e, simultaneamente, mais amiga de ambiente capaz de corresponder às necessidades deste projecto?

4. Constatar que o documento assinado entre o Ministério da Justiça, a Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim e a Câmara Municipal de Almeirim, em 26 de Junho de 2008, constitui apenas um memorando de entendimento entre as partes, o qual não consubstancia a constituição de direitos e obrigações entre elas, mas tão só a intenção de estas encetarem as diligências necessárias com vista à instalação do estabelecimento prisional de Lisboa e Vale do Tejo, pelo que o PSD considera fulcral que – neste momento, ainda oportuno – sejam negociadas as contrapartidas que salvaguardem os reais interesses das populações de Almeirim.

– Ass., Presidente da CPD/
Santarém, Vasco Cunha

PSD com nova sede, concretiza sonho antigo



Um sonho antigo foi concretizado no mês passado, pelos dirigentes do Partido Sócia- Democrata de Pedrógão Grande, com a aquisição de uma nova sede partidária para aquela estrutura concelhia do distrito de Leiria.

Em resultado da conjugação de apoios do Partido Social Democrata a nível nacional, distrital e de inúmeros militantes naturais do concelho de Pedrógão Grande, esta Secção do PSD conta com um novo espaço localizado no Largo da Restauração, na vila de Pedrógão Grande, que nas palavras do presidente do PSD local, Manuel Neves, será um ponto de encontro dos simpatizantes e militantes do PSD daquele concelho do norte do Distrito de Leiria.

Ainda sem data de inauguração oficial, a nova Sede do PSD de Pedrógão Grande será agora objecto de algumas adaptações e de instalação de mobiliário, com a intenção de dotar aquele espaço de condições multifuncionais que possa corresponder às necessidades de trabalho do PSD local, bem como de instalação da Juventude Social Democrática, uma presença jovem e indispensável à dinâmica de um espaço que se pretende também aberto à população de Pedrógão Grande.

Na cerimónia de aquisição da sede além de Manuel Neves Caetano David e João Gomes Marques, respectivamente presidente da Secção e presidente da Mesa da Assembleia de Secção, participaram Paulo Batista Santos, representante da Comissão Política Distrital de Leiria, e ainda Adelino da Piedade Fernandes, um destacado simpatizante do PSD local que se notabilizou na defesa deste objectivo de aquisição de uma nova Sede do PSD de Pedrógão Grande. – PSD/Pedrógão Grande

Notícias dos Açores

A 3ª revisão do Estatuto dos Açores no Tribunal Constitucional

1. O Presidente da República, decidiu requerer ao Tribunal Constitucional a apreciação preventiva da constitucionalidade da 3ª revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

O Presidente da República exercitou, assim, uma das suas prerrogativas constitucionalmente previstas.

2. O PSD/Açores foi decisivo na instituição constitucional da Autonomia Político-Administrativa dos Açores e da Madeira e sempre assumiu especial protagonismo na defesa da sua consolidação, como um verdadeiro desígnio nacional, por isso mesmo reafirma o seu maior empenhamento na defesa da 3ª revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

O PSD/Açores sempre acompanhou o assertivo entendimento da constitucionalista Doutora Assunção Esteves, que ensina que: “A Constituição não desempenha uma função performativa da Autonomia, é a Autonomia que se lhe impõe, nesta necessidade de levar à correspondência norma e realidade.”

O consenso na sociedade açoriana e a unanimidade quer no Parlamento dos Açores, quer na Assembleia da República caucionam a convicção política de que a 3ª revisão do Estatuto Político dos Açores acompanha a realidade e o querer autônomico dos Açores e de Portugal, em conformidade e respeito pela unidade nacional e pela reserva de competência própria dos Órgãos de Soberania.

3. A Assembleia da República introduziu alterações à proposta inicial do Parlamento dos Açores para a 3ª revisão do Estatuto Político da Região



Autónoma dos Açores, na sua esmagadora maioria por iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A maior parte das alterações propostas e aprovadas pelo PS foram motivadas por infundados preconceitos centralistas, desmerecendo, sem razão, a dignidade do povo açoriano e sem que garantissem o aperfeiçoamento

técnico das normas estatutárias, conformando-as com a Constituição da República e eliminando qualquer suspeita de inconstitucionalidade.

Pelo contrário, o Grupo Parlamentar do PSD, na Assembleia da República, apresentou propostas de alteração que promoviam a limpidez constitucional de algumas normas estatutárias, sem minimizar, no entanto, a conquista autonómica

desejada ou o devido reconhecimento da dignidade do povo açoriano.

O Partido Socialista, apesar do alerta para as eventuais suspeitas de constitucionalidade das normas estatutárias identificadas, recusou o consenso nos aperfeiçoamentos de limpidez constitucional apresentados nas propostas do PSD.

4. O Partido Socialista provocou esta situação. Em declaração de voto, após a votação da lei que aprovou a 3ª revisão estatutária na Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do PSD justificou as suas propostas e denunciou a atitude do Partido Socialista.

O PSD/Açores responsabiliza o Partido Socialista pela sua arrogância, deliberadamente assumida, provocando confronto inútil e um indesejável enviesamento no percurso desta revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, que assim se atrasa, complicando a sua entrada em vigor ainda durante a actual legislatura do Parlamento dos Açores. - *O Presidente da Comissão Política Regional do PSD, Carlos Costa Neves*

PSD considera “ilegítimos” os gastos em “festanças e espectáculos”

O líder parlamentar do PSD/Açores considerou ser “ilegítimo” que o governo socialista “desperdice e esbanje” milhões de euros em “festanças e espectáculos”, quando as famílias e empresas açorianas “vivem em dificuldade”.

“Quem pagou, ou vai pagar, o custo da obra [das Portas do Mar] e a sua derrapagem foi, ou vai ser, a Região. Logo, quem paga a semana de espectáculos e fogo de artifício das Portas do Mar são os açorianos das nove ilhas dos Açores, para que o governo socialista faça campanha eleitoral”, afirmou Clélio Meneses, numa declaração política feita na Assembleia Legislativa dos Açores.

Para o líder da bancada social-democrata, “não é legítimo que se gaste, desperdice e esbanje tantos milhões quando os açorianos, as suas famílias e empresas vivem as dificuldades que vivem”

“Com um governo do PSD haverá rigor no planeamento, respeito na execução e não haverá festanças e espectáculos pagos pelos contribuintes para campanhas eleitorais”, assegurou.

Segundo o presidente do grupo parlamentar do PSD/Açores, enquanto os açorianos vivem com



dificuldades, o Governo vive à farta, à grande e à francesa”.

Clélio Meneses acrescentou que, “com o que se passou no mundo e com o dinheiro que a Região recebeu nestes doze anos, os açorianos deveriam viver muito melhor, os Açores deveriam estar muito melhores”.

Segundo o líder da bancada social-democrata, os governos do PS “não aproveitaram, em benefício das pessoas, a conjuntura mundial e, muito menos, o dinheiro que tiveram ao seu dispor”.

“O dinheiro que o governo diz que lhe sobra, falta às pessoas”, afirmou.

Na sua declaração política Clélio Meneses perguntou quanto vai custar a “semana de festas” anunciada para a inauguração do novo cais de turistas, que vai contar com a presença de “artistas dos quatro cantos do mundo”.

“Possivelmente, como noutras circunstâncias, vai dizer-se que quem paga são as empresas”, realçou o parlamentar social-democrata, lembrando que quem pagou a obra e a sua “derrapagem” financeira, num total global de 50 milhões de euros, foi a Região.

“Logo, quem paga a semana de espectáculos e fogo de artifício das Portas do Mar, são os açorianos, para que o Governo socialista faça campanha eleitoral”, afirmou.

Clélio Meneses acusou ainda o Governo de realizar “obras megalómanas e desnecessárias” e até “erros de previsão, planeamento e execução”.

Como exemplo, o parlamentar social-democrata destacou a “construção ostentatória com que se agigantou a obra” das Portas do Mar, a construção de nove pontes para vacas na via-rápida Angra/Praia, a derrapagem de 17 milhões de euros em escolas e os mais de 40 milhões de euros gastos na “trapalhada que tem sido o transporte marítimo”.

PSD exige investimentos nas águas angresses

O PSD de Angra do Heroísmo exigiu que sejam feitos os investimentos estruturais “necessários para que os angresses não fiquem privados, como tem recorrentemente acontecido, do fornecimento de água. Um comunicado difundido hoje denuncia que, há já algum tempo, se vêm assistindo a “problemas diversos, sendo que, nos últimos dois anos e meio, não tem sido feito qualquer investimento em Angra”.

A concelhia presidida por Carla Bretão diz que “nem tão pouco, foi delineado um projecto de desenvolvimento para o concelho”, uma apatia que indica ter sido muitas vezes justificada pela falta de verbas “decorrente do buraco financeiro existente na autarquia proveniente do mandato presidido por Sérgio Ávila”. E se a origem de tais dívidas “nunca foi explicada”, a verdade é que algumas obras surgiram, nomeadamente “a criação de inúmeros campos de futebol



sintéticos no concelho, assim como muita festa foi feita”, pode ler-se no documento.

No entanto, o muito dinheiro que se gastou, “não foi usado na manutenção de estruturas importantíssimas para o fornecimento de serviços básicos à população”, designadamente a rede de águas do concelho, à conta da qual, e nos últimos tempos, certas freguesias “têm tido problemas de consecutivos reventamentos, ficando privadas, por vários períodos, de um bem tão precioso e fundamental”, diz o PSD.

Para os sociais-democratas a verdade indelével é que “as redes de águas estão velhas e há muito que deveriam ter sido substituídas”. Há episódios de problemas sucessivos de falta de água relatados neste último ano “nas freguesias da Terra-chã, São Pedro, São Bartolomeu e Ribeirinha”, adiantam. Por tudo isso referem que deveria existir “um piquete 24 horas por dia para acudir a todos os problemas e esclarecer a população sobre o ponto da situação”, algo que não tem acontecido, acrescentam.

“É ver os sucessivos remendos no asfalto, derivados de arranjos pontuais

apenas para compor o que há muito precisa de profunda remodelação”, afirma a concelhia laranja, que sustenta as críticas dizendo que, ao longo destes anos, “a gestão socialista tem dado primazia ao foguetório, gastando rios de dinheiro em festas”, mas esquecendo “o essencial, ou seja que existem estruturas que têm de ser mantidas para conferir no presente e no futuro o bem-estar à população”.

O PSD diz mesmo que estes problemas “só surgem porque o partido socialista apenas dá valor àquilo que acha que lhe poderá dar votos”. Assim, e mesmo sendo a rede de águas essencial para os cidadãos “não tem lugar nas prioridades anunciadas pelo partido socialista, pois é uma obra debaixo da terra, que não dá votos, que não se vê”, conclui o comunicado da concelhia social-democrata angressa.

Governo e PS preferem defesa dos interesses americanos

O líder parlamentar do PSD/Açores considerou hoje que é “mais cómodo” para o governo regional e para o PS defender os “interesses americanos”, em vez dos interesses dos trabalhadores portugueses da base das

Lajes.

“Mais uma vez se percebe que [para o governo e o PS] é mais cómoda a defesa dos interesses americanos do que a defesa dos interesses dos trabalhadores portugueses. Para o PSD, em primeiros lugar estão os trabalhadores portugueses”, afirmou Clélio Meneses, na Assembleia Legislativa dos Açores.

O líder da bancada social-democrata falava durante o debate sobre um projecto de resolução do PSD/Açores que visava a preservação dos postos de trabalho portugueses na base norte-americana.

A proposta do grupo parlamentar do PSD/Açores acabou por ser chumbada pela maioria socialista.

“Infelizmente, mais uma vez, os interesses dos trabalhadores portugueses na base das Lajes não vão ser defendidos pelo seu parlamento”, referiu, recordando que já no ano passado o PS tinha reprovado proposta idêntica.

Em causa estão os despedimentos de dezenas de trabalhadores portugueses, anunciados recentemente pelos norte-americanos. -

Gab. Imp. ALRA



MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mafta do PSD, para reunir no próximo dia **12 de Setembro de 2008**, (sexta-feira) entre as **19h00 e as 23h00**, na Sede do PSD, na Rua do Arvoredo, Bloco B cave, na Ericeira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas de candidatos deverão ser apresentadas até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

A sede encontra-se aberta para a recepção das candidaturas no dia 10.09.2008 (quarta-feira) entre as 21H00 e as 23H00.

As urnas estarão abertas das 19h00 às 23h00.

QUARTEIRA Núcleo

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral convoca-se a Assembleia do Núcleo de Quarteira, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia **08 de Agosto de 2008**, (sexta-feira) pelas **18h00**, na Sede do Núcleo na Rua D. João V – Centro Comercial Miravilla – Loja 4, na Quarteira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Notas: As listas de candidatos deverão ser apresentadas ao presidente da Comissão Política do Núcleo de Quarteira, na sede do Núcleo, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas de voto estarão abertas das 18h00 às 22h00.

SANTAREM Assembleia Distrital

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital do PSD de Santarém, para reunir no próximo dia **21 de Julho de 2008** (segunda-feira), pelas **21h00**, no Cine -Teatro S. João, no Entroncamento, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Um - Análise da situação Política

SECÇÃO B Núcleo de Alvalade

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes do Núcleo, para reunir no próximo dia **23 de Julho de 2008**, (quarta-feira) pelas **21h00**, na sede da Secção (Campo Pequeno, 16-3ª), com a seguinte,

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Informações
- 2 – Análise da situação política



CONSELHO DISTRITAL DA JSD DE SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os Delegados ao Conselho Distrital da JSD de Santarém, para o Conselho Distrital Ordinário a realizar no dia 12 de Julho de 2008, pelas 10h30, na Sede Distrital do PSD, sita na Calçada de Mem Ramires, n.º 10 – 1.º, em Santarém, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política;
- 3 – Outros Assuntos.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Santarém

(Francisco José da Silva Varela)

CONSELHO DISTRITAL DE FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD/Algarve, para reunir no próximo dia 5 de Setembro de 2008, pelas 21h30, na Sede do PSD/Algarve, sita na Rua Projectada à Rua de São Luís, n.º 1, em Faro, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição dos Delegados da JSD/Algarve à Assembleia Distrital do PSD/Algarve;
- 2 – Análise da Situação Política;
- 3 – Outros Assuntos.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 22 horas e as 23 horas.

As listas candidatas, deverão ser entregues conforme os Estatutos, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, junto do Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou quem estatutariamente o substitua.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital

(Bruno de Azevedo Lage)

FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário da Secção da JSD de Faro, para reunir no dia 27 de Setembro de 2008, pelas 17h30, na Sede Concelhia do PSD/Faro, sita na Rua Vasco da Gama, n.º 54 – 1.º Dto., na Cidade de Faro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa do Plenário da Secção e Comissão Política de Secção;

Nota:

As listas de candidatos deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24

horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Concelhia do PSD/Faro ou na Sede Distrital do PSD/Algarve;

Para o exercício do direito de voto as urnas estarão abertas das 17h30 às 19 horas.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital

(Bruno de Azevedo Lage)

TAVIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário da Secção da JSD de Tavira, para reunir no dia 27 de Setembro de 2008, pelas 20 horas, na Sede Concelhia do PSD Tavira, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa do Plenário da Secção e Comissão Política de Secção;

Nota:

As listas de candidatos deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Concelhia do PSD/Tavira ou na Sede Distrital do PSD/Algarve;

Para o exercício do direito de voto as urnas estarão abertas das 20 horas às 21 horas.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital

(Bruno de Azevedo Lage)

NÚCLEO DE S. COSME

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário do Núcleo da JSD de São Cosme, para reunir no próximo dia 18 de Julho de 2008, pelas 21h30, na Sede Concelhia do PSD Gondomar, sita na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 31 – S. Cosme – Gondomar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informação da Comissão Política de Gondomar;
- 2 – Análise da Situação Política;
- 3 – Outros Assuntos.

O Presidente da Mesa do Plenário JSD S. Cosme

(Carlos Filipe Leitão dos Santos)